

ORGANIZADORA

Carina Martins Costa

OLHOS DE VER

contemporâneo em Petrópolis (RJ)

ORGANIZADORA

Carina Martins Costa

OLHOS DE VER

contemporâneo em Petrópolis (RJ)



**OLHOS
DE VER**



| São Paulo |

2025 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

O45

Olhos de ver: contemporâneo em Petrópolis (RJ) / Organização Carina Martins Costa. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Coleção Olhos de ver. Volume 7

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-444-5

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5

1. Petrópolis. 2. Moderno. 3. Patrimônio. 4. Arquitetura.
5. Turismo. I. Costa, Carina Martins (Org.). II. Título.

CDD 725.981

Índice para catálogo sistemático:

I. Petrópolis - Turismo

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 as autoras e os autores.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em edição	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Anita Monteiro de Carvalho Kuhlmann Azevedo Soares
Tipografias	Acumin, Open Sans
Revisão	Thais Geraldi
Organizadora	Carina Martins Costa

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Julianno Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralte

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas
Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Epígrafe

"Uma vez que eu comecei a procurar a *flâneuse*, eu avistei ela em todos os lugares. [...] Ela está indo para algum lugar ou vindo de algum lugar; ela está impregnada com os entre-lugares. [...] Ela conhece a cidade vagando pelas ruas, investigando seus cantos escuros, olhando por trás de fachadas, penetrando por pátios. Eu a encontrei usando as cidades como espaços de performance ou como lugares para se esconder; lugares para buscar fama e sucesso ou anonimato; como lugares para se libertar da opressão ou para ajudar aqueles que são oprimidos; como lugares para declarar sua independência; como locais para mudar o mundo ou para ser mudada por ele.

Eu encontrei muitas correspondências entre elas; essas mulheres leem umas às outras, e suas leituras se ramificaram externamente em uma rede tão desenvolvida, que resiste se catalogando. Os retratos que pinto aqui atestam que a *flâneuse* não é meramente o feminino de *flâneur*, mas uma figura a ser considerada e inspirada totalmente por conta própria".

(ELKIN, Lauren. *Flâneuse: women walk the city in Paris, New York, Tokyo, Venice, and London*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2016, p. 22, tradução nossa).

SUMÁRIO

Apresentação 11

CAPÍTULO 1

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

**A Petrópolis do Museu Imperial:
os desafios de uma curadoria 12**

CAPÍTULO 2

Sofia Carneiro Lima

**O imaginário e o patrimônio
vivenciado como poema
para se pensar a cidade 23**

CAPÍTULO 3

Laís Lima

**Vila Felipe — Poéticas da cidade:
Petrópolis Imperial 33**

CAPÍTULO 4

Juliana Baur

Glaucineide Coelho

**Opressão e resistência:
as lutas traçadas por corpos femininos
em Petrópolis/RJ 44**

CAPÍTULO 5

Bárbara Thomaz

Patricia Drach

Glaucineide Coelho

**Praça Bosque do Imperador:
um olhar contemporâneo a partir
de uma arqueologia da paisagem 56**

Sobre as autoras 68

Índice remissivo 70

APRESENTAÇÃO

É uma alegria apresentar os volumes sobre as questões contemporâneas em Petrópolis, integrantes da série *Olhos de ver*, cujo objetivo é divulgar produções científicas e pedagógicas sobre a cidade para um público ampliado. Este livro foi organizado e produzido por mulheres, como uma estratégia para visibilizar suas pesquisas e impressões sobre a cidade, valorizando a diversidade de concepções sobre esse espaço.

Convido os/as leitores(as) a percorrer conosco, no Capítulo 1, os desafios da curadoria sobre a memória de Petrópolis no Museu Imperial, a partir da instigante proposta da historiadora Alessandra Fraguas. Seu olhar denso e reflexivo sobre a exposição *A Petrópolis do Museu Imperial*, da qual foi curadora, revela escolhas, questões e fontes que nos permitem vislumbrar outros aspectos da cidade, em um trabalho profícuo de (re)leitura do próprio museu, uma das principais instituições museais do país.

O Capítulo 2 traz a riqueza da escrita poética e filosófica de Sofia Carneiro Lima, arquiteta, que nos convida a percorrer a cidade com olhares mais aguçados. Ao tratar do imaginário coletivo sobre a cidade, a autora reforça o papel da memória, bem como das múltiplas possibilidades de imaginação e, portanto, de relação com o território.

O Capítulo 3, de autoria da arquiteta Laís Lima, responde, de certa forma, a este convite, ao percorrer a

Vila Felipe em Petrópolis e construir poéticas sobre o território, em diversas linguagens.

O mote do Capítulo 4, das arquitetas Juliana Baur e Glaucineide Coelho, é abordar as questões de gênero, de raça e de classe entrelaçadas às vulnerabilidades socioambientais, com ênfase nas vivências das mulheres petropolitanas e no evento da tragédia de 2022. A partir dos relatos de mulheres, as autoras constroem um painel sobre as vivências e nos incitam a pensar em suas especificidades.

Por fim, o último capítulo traz um estudo detalhado sobre a Praça Bosque do Imperador, escrito pelas arquitetas Bárbara Thomaz, Glaucineide Coelho e Patricia Drach, com foco nos elementos, nos usos e nas interações, que são analisados a partir da arqueologia da paisagem.

Este volume celebra, ainda, a trajetória de dez anos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UERJ, com uma seleção da produção feminina de professoras e de alunas que reinventam o olhar sobre a cidade.

Os cadernos da coleção *Olhos de Ver* objetivam fortalecer os laços entre a UERJ – *Campus* Petrópolis e sua comunidade.

Bons usos!

Organizadora



1

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

***A PETRÓPOLIS
DO MUSEU IMPERIAL:
OS DESAFIOS DE UMA CURADORIA***

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5.1](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5.1)

D. Pedro II mora em Petrópolis. Está morto na catedral, no jazigo sóbrio e branco. Está vivo no Museu, na sua mansão feliz e bela. — Só os grandes povos reconhecem — e amortizam — a sua dívida de gratidão. O museu é um pagamento (Calmon, 1943, p. 290-291).¹

Exposições são construções de narrativas feitas por objetos, imagens, sons e textos que contam histórias, despertam memórias, fortalecem pertencimentos e geram reflexões.

São recortes de um todo inatingível, enquanto questionamentos continuarem a mobilizar o estar no mundo e a instigar a construção da cidadania plena.

Ao longo de oito décadas, a exposição de longa duração do Museu Imperial, em Petrópolis, fez jus aos propósitos daqueles que — saudosistas do Império — se uniram para transformar o antigo palácio de verão da família imperial brasileira em uma instituição pública incumbida de preservar a história do período monárquico e a memória de D. Pedro II. É compreensível que, como enfatizou Sergio Buarque de Holanda, “por maior que possa ser a tentação de querer reduzir o papel que um homem só possa exercer no curso da história, forçoso é confessar que os poderes que enfeixava o imperador, [...], não deixam silenciá-lo ou subestimá-lo” (2010, p. 141).

É também inegável que a vida de D. Pedro II se presta como um microcosmo para a compreensão da história do país. A lente convergida sobre a sua trajetória pode

revelar muitas nuances acerca das elites imperiais, das fissuras intraelites e da permanência — na longa duração — de estruturas que teimam em se impor na contemporaneidade.

Na exposição de longa duração do Museu Imperial, contudo, têm prevalecido as bases da historiografia tradicional e a exaltação das “grandes personagens”, sobretudo as masculinas, com foco nos retratos dos reis, investidos de suas insígnias.

Apesar disso, há uma tensão entre o espaço público e o privado. A exposição destina núcleos para a história política do Império, cujos marcos são as salas do Primeiro e do Segundo Reinados. Igualmente, representa os hábitos das elites oitocentistas, expressos na sala de jantar ou na sala de música, por exemplo.

Em todo caso, D. Pedro II é o cicerone. É ele quem costura o discurso. A exposição de longa duração permaneceu fiel ao exposto no Decreto-Lei de criação do museu, que instituiu, primeiramente, que era função institucional “reco-lher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referente a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II” (Brasil, 1940).

D. Pedro II possibilita a transição entre a “casa” e a “rua”; é o rei e o cidadão. Se o pavimento superior apresenta o seu quarto de dormir e o seu gabinete de estudos, os corredores da ala direita e do saguão ostentam retratos de seus ascendentes e parentes coroados. O clímax se condensa nas insígnias: é a visão da coroa imperial, do trono e do traje majestático. É a materialização do poder.

¹ Transcrição de excerto do registro manuscrito feito por Pedro Calmon no *Livro de Ouro* (livro de registros de visitantes) do Museu Imperial, em 20 de janeiro de 1943.

Obviamente, não se pode deixar de notar, por toda parte, os muitos apagamentos. Os silêncios gritam. Nos recintos que simulam a vida íntima da família em Petrópolis, até mesmo as filhas de D. Pedro II foram diminuídas. Em questão de gênero, nem as princesas escapam. D. Leopoldina, apesar de ter vivido boa parte de sua infância e adolescência no Palácio de Petrópolis, não recebeu, até hoje, um espaço a ela dedicado. É praticamente uma desconhecida, embora seu filho, Pedro Augusto, neto mais velho do imperador, tenha sido distinguido com a representação de seu gabinete.

Dentre os que trabalhavam servindo à família, apenas os semanários, membros da aristocracia, que se revezavam semanalmente nos serviços considerados de distinção, pela proximidade com a família imperial, são citados. Outros trabalhadores, inclusive colonos germânicos e escravizados da Casa Imperial, certamente não foram incluídos na lógica dos “vultos” do Império. Onde estão as pessoas negras que trabalharam no palácio, na construção da cidade, nas obras públicas?

A exposição de longa duração se ateu à lógica do conhecimento histórico produzido nos anos 1940, particularmente pelos “lugares de memória” como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e o seu afilhado local, o *Instituto Histórico de Petrópolis*. Reiterou os enunciados da *Comissão*

*do Centenário de Petrópolis*², cujos estudos passaram a ser incontornáveis para a historiografia petropolitana.

Lugares de memória que foram bem-sucedidos em cristalizar, por muito tempo, a narrativa acerca do período imperial, traduzido no imaginário de boa parte dos petropolitanos e de quem visita a cidade e o museu, até mesmo de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento e da produção cultural.

Diante das lacunas, permanece a indagação: quem são os sujeitos sociais, os protagonistas do período monárquico e da história de Petrópolis? Essa é uma problematização da qual a equipe técnica do Museu Imperial não pode se furtar. A reificação de uma contação única não soa palatável aos ouvidos atentos e aos olhos de ver. Existe uma história

2 *Comissão do Centenário de Petrópolis*, comitê formado por políticos e intelectuais que tinham como missão reunir documentos e realizar pesquisas acerca da história de Petrópolis, publicar os estudos que produziram e preparar os festejos do centenário da cidade, foi instituída por ato oficial da Municipalidade — Ato n. 704, de 28 de junho de 1937 —, assinado pelo prefeito Yeddo Flúza. Sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a comissão tinha como presidente de honra D. Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, neto de D. Pedro II. No volume 2 dos *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*, publicado em 1939, Alcindo Sodré cita a realização de 28 reuniões, em cujas atas constavam os seguintes nomes: Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, Manoel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Americo Jacobina Lacombe, Arthur Barbosa, Mario Cardoso de Miranda, Germana Gouvêa, Leão Teixeira Filho, Nereu Rangel Pestana, Walter João Bretz, Gabriel Fróes, João Duarte Silveira, Virgílio de Sá Pereira, Antonio Machado, Magalhães Bastos, Manoel Vianna de Castro, Mesquita Pimentel, Paulo de Mattos Rudge, Nestor Ahrends, Antonio de Paula Buarque, José Vieira, Vicente Amorim, Lourenço Lacombe e Alcindo Sodré. Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. **Trabalhos da Comissão do Centenário**. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis; Diretoria de Educação e Cultura, 1939. v. 2. p. 5-9.

que transcende o senso comum, que almeja ser vista de baixo: que se quer contar pela ótica de novos agentes sociais, sob outros recortes temporais, a partir de perspectivas e de abordagens diferenciadas. Esse passado emerge.

O debate sobre os apagamentos e os silenciamentos de agentes sociais, em consonância com o que se passa no campo político-cultural, se fortalece cada vez mais. Indica que as batalhas pela memória estão atreladas ao espaço de experiência do tempo presente e apontam horizontes de expectativas mais inclusivos para o futuro.

É nesse cenário que foi pensado o projeto curatorial da exposição *A Petrópolis do Museu Imperial*³. Ainda que reconhecendo, no amplo espectro da memória institucional, ações que visaram incrementar o debate sobre a contação legitimada, que se traduziram em mostras de curta duração, em eventos acadêmicos e em variados usos e apropriações para o amplo espaço do museu,⁴ a proposição de temas sensíveis requereu coragem para o enfrentamento

das críticas suscitadas sempre que há uma quebra de paradigma, nesse caso, temporal e temático.

A despeito de se incluir no âmbito das mostras de curta duração, *A Petrópolis do Museu Imperial*, que ficou em cartaz de 16 de março de 2023 a 31 de março de 2024, possibilitou reflexões das quais não será mais possível se esquivar. A exposição pode ser considerada como marco de um novo momento institucional, quando a direção e a equipe técnica, assim como todo o corpo de funcionários, se propõem a discutir os rumos do museu.

São desafios que evidentemente transcendem esse projeto curatorial. São demandas da sociedade civil, de brasileiros e de petropolitanos que não se sentem representados; são petições dos movimentos sociais; são análises do mundo acadêmico; são orientações dos organismos nacionais e internacionais que representam o campo museal e a arena cultural.

Esses embates permitem perceber a relação de forças entre o discurso hegemônico e a ansiada contranarrativa. São pautas do tempo presente. Todavia, quando se olha as fontes com cuidado, disputas de toda sorte afloram. Sempre existiram. Atravessam o processo de construção de Petrópolis, perpassam a sua reificação com o título de “Cidade Imperial”⁵ e convidam a outras reflexões.

3 O projeto curatorial é de minha autoria. Curadoria, Alessandra Fraguas, Cláudia Maria Souza Costa e Ana Luísa Alonso de Camargo, respectivamente, historiadora, coordenadora técnica e museóloga do Museu Imperial/Ibram/MinC. Produção, *Partes Estúdios*; expografia, Cláudio Partes; produção executiva, Aline de La Cruz e Josiana Oliveiras; assessoria de produção, Silvana Coelho; textos, Carolina Freitas, Alessandra Fraguas e Cláudia Costa. O projeto envolveu toda a equipe do Museu Imperial e contou com o suporte financeiro do Instituto Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

4 Como se sabe, o Museu Imperial transcende a ambiência do palácio. O complexo do Museu Imperial é composto pelo palácio, pelos jardins, pelos prédios anexos, que comportam as áreas administrativa e técnica, as reservas técnicas, o laboratório de conservação e restauração, o Arquivo Histórico, a Biblioteca, o Pavilhão das Viaturas e o cineteatro. O Museu Imperial ainda possui o anexo *Casa de Cláudio de Souza*, localizada na Praça da Liberdade, no Centro de Petrópolis, e a subunidade *Casa Geyer*, no Cosme Velho, Rio de Janeiro.

5 O Decreto-Lei n. 85.849, de 27 de março de 1981, atribuiu à cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Cidade Imperial, e deu outras providências. Assinado por João Batista de Oliveira Figueiredo, último presidente da República da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que governou o Brasil entre 1979 e 1985.

Dentre a miríade de possibilidades, o projeto curatorial estabeleceu quatro núcleos, costurados pelo encontro de duas trajetórias políticas: a de Alcindo de Azevedo Sodré e a de Getúlio Vargas. Unindo ambos, a figura de D. Pedro II. Cada um a seu modo se assenhorou da imagem do imperador; acumulou capital político nessa empreitada; se inscreveu na história de Petrópolis e na do Museu Imperial.

Assim, *A Petrópolis do Museu Imperial* é uma visão da cidade nas décadas de 1930 e 1940, quando se somaram esforços para as celebrações de seu centenário, em um contexto marcado pela profunda tensão entre “a tradição”, evidenciada pela nostalgia imperial, e “os tempos modernos”, simbolizados, na mostra, pela estreia do filme homônimo de Charles Chaplin, no *Teatro D. Pedro*, em 1936.

Figura 1 — Painel de abertura da exposição, exibição do filme *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin



Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC, 1936.

É um retrato da cidade, palco de conflitos políticos entre grupos fascistas e alianças democráticas; de disputas intelectuais em torno da data de sua fundação e dos “fundadores”; de leituras que o governo varguista — no auge do Estado Novo (1937–1945) — fez do período imperial.

A Petrópolis do Museu Imperial é um recorte do tempo em que a cidade recebia os holofotes pelas longas estadias do presidente da República, e o que acontecia nessas paragens repercutia nacionalmente. Época das greves gerais e das mobilizações operárias, que reverberavam país afora. Da luta antifascista que se condensava em Leonardo Candu⁶ e em Stefan Zweig⁷. Da crença em um surto modernizador, concretizado na construção do Hotel-Cassino Quitandinha, quando as edificações do período imperial e da Primeira República passavam a dar lugar a outras, de estilo *Art Déco*, que se multiplicaram no Centro Histórico.

Petrópolis era republicana, e imperial. Era operária, e elitista. Era democrática, e fascista. Acolhia os migrantes, e hierarquizava o uso do solo. Empurrava-os para as encostas. Desenhava um crescimento urbano desordenado, que legava aos recém-chegados e às famílias mais pobres os

6 Leonardo Candu, operário da *Companhia Fábrica de Tecidos Dona Isabel*, morto após ser alvejado por um tiro, disparado por integralistas, em meio a uma passeata da Aliança Nacional Libertadora contra a ascensão do fascismo, no Centro de Petrópolis. Após a sua morte, em 9 de junho de 1935, Candu se tornaria um mártir, símbolo nacional da causa antifascista e da luta pela liberdade. Ao seu assassinato, seguiu-se uma greve geral que paralisaria milhares de trabalhadores em Petrópolis, mobilizando lideranças locais e nacionais.

7 Stefan Zweig (1881–1942). Escritor austríaco, um dos mais relevantes intelectuais do período entreguerras, cuja obra, até hoje, é das mais difundidas e lidas. Autor de *Brasil, país do futuro*, exilou-se no Brasil após a ascensão do nazismo na Europa e escolheu Petrópolis para viver os seus últimos dias.

morros e as construções irregulares. Petrópolis prenunciava tragédias socioambientais. Pautava o racismo ambiental.

A vida era industrial, sisuda, controlada pelo apito das fábricas, onde homens e muitas mulheres teciam fios, criavam sociabilidades e construíam comunidades. Cotidianamente, encontravam tempo para ouvirem as notícias que chegavam pelo rádio, uma grande novidade, ou para brincarem ao som das marchinhas carnavalescas. Havia os bailes, e, no *Teatro Petrópolis*, onde se pulava o Carnaval, também se realizam reuniões nazistas e odes a Hitler. Tudo junto. Tudo complexo.

Figura 2 — Reunião nazista no Teatro Petrópolis



Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC, c. 1935.

Petrópolis passava por profundas transformações, projetava-se nas construções e nos empreendimentos imobiliários, na vida social, no trabalho, na política e caminhava rumo ao futuro. Ao mesmo tempo, se organizava, optando por enaltecer o seu passado imperial, cuja culminância foi a criação do Museu Imperial, em 1940, e a sua abertura ao público, em 16 de março de 1943.

Por isso, a linha do tempo — um recurso didático que associava imagens e textos explicativos — apontava para um futuro de expectativas. Neste novo ciclo, as personagens eram anônimas: ferroviários da *Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará*, que, com o Morro da Oficina, no Alto da Serra, ao fundo, miravam o fotógrafo despretensiosamente; mulheres operárias da *Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara*, que representavam todas as outras; um grupo de pessoas que olhava o horizonte a partir da Estrada Rio-Petrópolis. Onde está esse futuro? O país do futuro, de Zweig? A cidade do futuro de Joaquim Rolla⁸? Que tempos modernos eram aqueles?

8 Joaquim Rolla, empresário, destacou-se no ramo do entretenimento. Foi proprietário do Cassino da Urca, no Rio de Janeiro. Idealizou e edificou o *Hotel-Cassino Quitandinha*, inaugurado em 1944. O empreendimento, que previa, além do hotel-cassino, a construção de uma cidade temática, na área antes ocupada pela Fazenda Quitandinha, em Petrópolis, é considerado até hoje um dos maiores no ramo do turismo, no Brasil.

Figura 3 — Dirigentes e operários da *Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará*, no Alto da Serra



Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC, 1934.

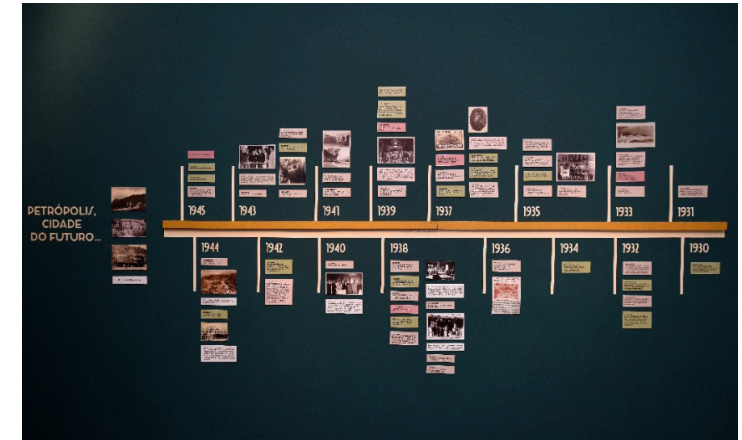
Nota: Ao fundo, vê-se o "Morro da Oficina".

Figura 4 — Fotografia do núcleo socioambiental: Brasil, país do futuro; Petrópolis, cidade do futuro: espaço de experiências e horizonte de expectativas, no Museu Imperial/Ibram/MinC.



Fonte: Luis Azevedo, 2023.

Figura 5 — Fotografia do núcleo socioambiental: Brasil, país do futuro; Petrópolis, cidade do futuro: espaço de experiências e horizonte de expectativas, no Museu Imperial/Ibram/MinC.



Fonte: Luis Azevedo, 2023.

Por que Getúlio Vargas foi captado fitando o trono de D. Pedro II? Por que os poderes públicos se uniram à elite intelectual — nacional e local — para criar um museu do Império? O que o museu de Petrópolis tem a ver com a gestão cultural que estabeleceu os parâmetros para a preservação do patrimônio cultural no Brasil, conquanto fosse também projeto de um governo ditatorial e simpático aos fascismos? Como esse passado ecoa hoje?

Figura 6 — Presidente da República em visita ao Palácio Imperial de Petrópolis, em 1942



Fonte: Luis Azevedo, 2023.

Legenda: fotografia tirada no Museu Imperial/Ibram/MinC, apresentando o presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, em visita ao Palácio Imperial de Petrópolis, acompanhado, em primeiro plano, do prefeito Mario Aloysio Cardoso de Miranda⁹, à sua direita, e de Alcindo de Azevedo Sodré, primeiro diretor do Museu Imperial, à sua esquerda.

É tudo sobre o poder; sobre quem detém o poder; sobre a divisão do(s) poder(es). O trono não é a insígnia de D. Pedro II, mas o objeto de desejo de Vargas. Petrópolis não é (somente) a cidade imperial, mas a cidade operária. A sombra do trono paira.

⁹ Mário Aloysio Cardoso de Miranda (1908–1987). Exerceu o cargo de prefeito de Petrópolis, nomeado pelo interventor do estado, nos períodos de janeiro a dezembro de 1938 e abril de 1940 a abril de 1942. Foi deputado estadual pelo PSD 1947/1951. Aprovou o plano de comemorações elaborado pela *Comissão do Centenário de Petrópolis* e presidiu, em 2 de dezembro de 1938, a histórica sessão de instalação do *Instituto Histórico de Petrópolis*, dando posse à primeira diretoria, eleita para o biênio 1939–1940.

A remodelação urbanística sem inclusão gerou tragédia socioambiental. O adjetivo “climática” é pouco para dar conta dos dolos envolvidos nas catástrofes. Stefan Zweig não se suicidou. O fascismo o matou. Leonardo Candu foi morto pelas “gentes de bem”. Virou mártir. O esquecimento não vai matá-lo duas vezes.

Para que não se esqueça, para que não se repita. Para que nenhum desastre aconteça de novo; para que nunca mais uma vida se perca soterrada. Para que nenhuma ideologia antidemocrática deite suas raízes nesta terra.

Figura 7 — Núcleo sociopolítico

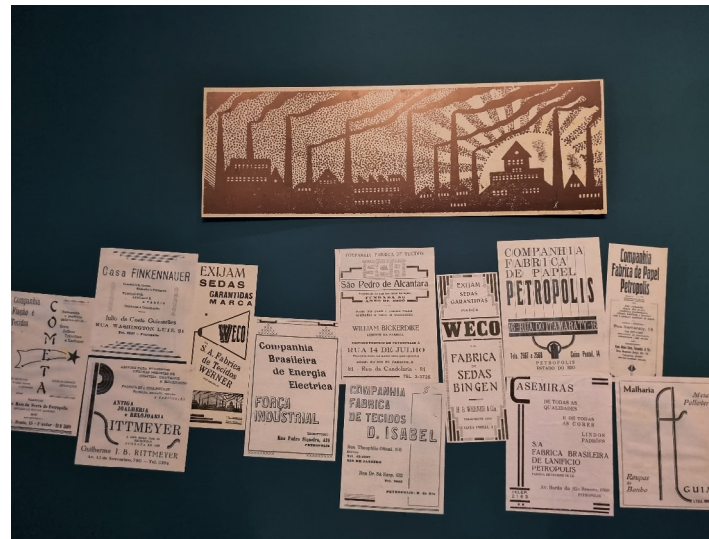


Fonte: Luis Azevedo, 2023.

Legenda: Fotografias retratando manifestações políticas nazistas e integralistas, em Petrópolis; gravuras sobre a Segunda Guerra Mundial; documento textual sobre reunião nazista, no Teatro Petrópolis, em 1938, comemorativa da ascensão de Hitler ao poder. Fotografias, Agência A Noite; excertos de jornal, Pequena Ilustração; requerimento, Arquivo da 67ª Delegacia de Polícia de Petrópolis. Petrópolis, c.1940.

Para que os filhos da classe trabalhadora se reconheçam em um espaço que é público, é de todos, e que deve servir aos interesses da coletividade, respeitando a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. O museu é nacional; não é um sonho de Alcindo Sodré.¹⁰ É um projeto político.

Figura 8 — Lambe-lambe: recortes de propagandas de fábricas estabelecidas em Petrópolis (1931-1944)



Fonte: Luis Azevedo, 2023.

Coleção Revista Pequena Ilustração, acervo Museu Imperial/Ibram/MinC.

O Museu Imperial não é um “pagamento a D. Pedro II”, conforme assinalou Pedro Calmon, biógrafo do imperador e um dos mais expressivos intelectuais, dentre os saudosistas do Império, que atuaram para a concretização da instituição, cuja criação foi acalentada desde os primeiros anos da República.

O Museu Imperial está balizado pelo *Plano Nacional de Cultura*:¹¹ precisa dialogar com a comunidade e servir à sociedade. O Museu Imperial (re)abriu o seu portão central. É para entrar; a casa é de todos. É para aprender com quem se ensina. É para ouvir; é para falar; é para prestar a atenção: com olhos de ver. É para traçar outros rumos. Novas personagens entrarão em cena. *A Petrópolis do Museu Imperial* é uma semente; é certamente fruto de quem veio antes, de quem preparou e aguiu a terra. O solo agora está fértil.

O projeto curatorial que desenvolvi pensou em cada um desses pontos. A curadoria e a expografia traduziram-nos. Ao longo de doze meses, para cada visitante, um aspecto ganhou atenção. As percepções eram diferenciadas, mas tudo estava conectado, não havia fio solto. Inquietude. Desconforto. Provocação. Surpresa. Encantamento. Descoberta. (Re)Leitura. Uma virada de chave. Uma porta aberta.

¹⁰ Alcindo de Azevedo Sodré (1895–1952). Médico, jornalista, professor e político. Foi vereador em Petrópolis, em 1922, 1924, 1929 e 1936. Nomeado prefeito de Petrópolis no período de 14 de abril a 14 de novembro de 1945. Dirigiu a *Tribuna de Petrópolis*, foi proprietário e diretor do *Jornal de Petrópolis*. Em 1937, foi autor da proposta formulada pela Câmara Municipal e encaminhada ao prefeito Yeddo Fiúza para designar uma comissão incumbida de sugerir ao poder público as comemorações do centenário da fundação de Petrópolis. Em 1938, foi nomeado para o cargo de diretor do Museu Histórico de Petrópolis, no Palácio de Cristal. Em 1940, assumiu a direção do Museu Imperial.

¹¹ O *Plano Nacional de Cultura* (PNC) é um importante instrumento que orienta o poder público na formulação de políticas culturais. Ele foi previsto no artigo 215 da Constituição Federal e criado pela Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/texto/o-que-e-o-pnc>.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL [todos os volumes]. Petrópolis: Museu Imperial, 1940–1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de março de 1940**. Cria, na cidade de Petrópolis, o Museu Imperial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940.

CALMON, Pedro. Livro de ouro do Museu Imperial. *In*: ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL. Petrópolis: Museu Imperial, 1943. v. 4. p. 290-291.

COLEÇÃO PEQUENA ILLUSTRAÇÃO (1931–1944). Museu Imperial/Ibram/Minc.

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. **Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de D. Pedro II**: um agente no campo científico (1871–1891). 207f. 2019. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC. **Dirigentes e operários da Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará**. 1934. 1 fotografia. Coleção José Kopke Fróes.

MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC. **Reunião nazista**. 1935. 1 fotografia. Coleção Agência A Noite.

MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC. **Theatro Dom Pedro**. 1936. 1 fotografia. Coleção Agência A Noite.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. **Trabalhos da Comissão do Centenário**. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis; Diretoria de Educação e Cultura, 1938–1943.



2

Sofia Carneiro Lima

O IMAGINÁRIO E O PATRIMÔNIO VIVENCIADO COMO POEMA PARA SE PENSAR A CIDADE

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5.2)

Por definição, o termo “imagem ambiental” se refere ao “quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador”. Ao discorrer sobre como surge esse tipo de imaginação, Lynch o afirma como “produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação” (2011, p. 4). Esse entendimento evidencia o papel da memória no processo de imaginação, de criar imagens, sejam elas ambientais/formais ou simbólicas/subjetivas. Isto também fica claro quando o urbanista defende que “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” (Lynch, 2011, p. 1), bem como que “cada indivíduo cria e assume a sua própria imagem, mas parece existir um consenso substancial entre membros do mesmo grupo” (Lynch, 2011, p. 8).

Dessa ideia ressaltam-se dois aspectos, o primeiro: cada sujeito é capaz de criar imagens individuais em suas vivências da cidade a partir de referenciais contextualizados, ou seja, trata-se de elementos formais (imagens visíveis — construídas ou não) que não se constituem apenas por esse aspecto, estão inevitavelmente acompanhadas por sentidos, cheiros, velocidade, sons e atmosferas. Nesse processo mental, o que retém a imagem é a memória, é ela quem proporciona o encontro entre a imagem visível (material) e as experiências subjetivas que cada indivíduo carrega consigo (percebemos que há, então, uma qualidade de imaginação na memória, ou seja, de criar imagem). Desse encontro surge o imaginário, que nada mais é que a percepção, a experiência do lugar/do objeto no imediato do presente, por meio das associações criadas entre ima-

gens visíveis e as subjetivas através da memória. Ainda que em relação a um mesmo objeto, o imaginário está sempre ligado à novidade do tempo atual, sempre será rememorado de maneira a ressaltar aspectos distintos da imagem e a, conseqüentemente, atribuir sentidos diferentes à experiência. É neste sentido que Lynch (2011) também afirma que cada indivíduo cria e assume a sua própria imagem geral da cidade, isto é, cada cidadão vive um local diferente a partir das associações individuais, que também se diferenciam a cada vez que são realizadas.

O segundo aspecto: ao sair da compreensão individual e investigar as imagens construídas por vários grupos de pessoas, será possível identificar associações semelhantes entre eles, comuns, ou até mesmo ausentes em determinado público e presentes em outro.

Ou seja, falamos agora do imaginário coletivo. Novamente, resalta-se o papel da memória nesse processo criativo e inventivo, no entanto, tratamos nesse momento da memória e dos significados compartilhados em comunidade. O imaginário, tanto na escala individual quanto na coletiva, é capaz de mobilizar as imagens, por meio do rememorar, para a criação de experiências de cidade. O que nos interessa é perceber essa relação entre memória e imaginário. Em ambas as escalas, a memória atuará de modo a escolher lembrar ou esquecer. Ela age de maneira a criar ou invisibilizar experiências de cidade, representações e relações de identificação. Assim, é importante compreender que, ao se pensar a cidade, é necessário entender como seus habitantes a imaginam, conforme afirma Lynch:

Um fator importante na transmissão da inteligência da mudança é o conhecimento de como os habitantes de um local imaginam o passado, o presente e o futuro. Certamente, nenhuma mudança ambiental deve ser planejada sem compreender tais imagens compartilhadas do tempo e sem considerar como as alterações vão sustentar ou enriquecê-las (Lynch, 1975, p. 17).

Pesavento (2007) também dialoga com o urbanista ao relacionar o imaginário urbano, ou seja, os significados compartilhados na escala coletiva, às formas de atribuição de significados ao mundo, definindo que dessa associação surgem as cidades sensíveis.

Sem dúvida, essa cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível. A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória (Pesavento, 2007, p. 14-15).

Dessa forma, podemos considerar que a elaboração da cidade é composta pela criação de imaginários, ou seja, significados compartilhados, combinações, contradições e sobreposições de imagens, que como em uma colagem coexistem e produzem experiências diversificadas de cidade, sendo elas individuais e coletivas. Essa linha de

raciocínio evidencia o papel da dimensão da memória nesse processo que envolve os imaginários e a cidade. Ao lembrar, o sujeito não só cria elaborações daquilo que corresponde às imagens visíveis e à sua vivência da cidade sensível, ele também acessa a si mesmo. Neste sentido é que se afirma as inúmeras possibilidades de cidade dentro de uma só cidade, da mesma forma que se declara a impossibilidade de se acessar essa totalidade. Ou seja, os significados compartilhados por vários grupos distintos nem sempre são harmoniosos, e é bom que não os sejam, a divergência e a diversidade de significações são importantes e devem ser reconhecidas no espaço da cidade, de modo a torná-la plural e democrática.

De todo modo, os imaginários coexistem, e mesmo que apropriados de formas diferentes, existem imagens que são comuns a determinados grupos de indivíduos.

Trata-se de elementos subjetivos que estão ligados à dimensão coletiva e assimilados por meio da memória: são lembranças, histórias narradas, afetos, lugares, símbolos e resquícios de outros tempos, que ao serem transmitidos e compartilhados entre um grupo de pessoas, criam redes simbólicas, sociabilidades, subjetividades e possibilitam um diálogo entre o passado, o presente e as expectativas do futuro nas escalas individuais e coletivas. O que permite a criação de imaginários compartilhados coletivamente e seu fortalecimento, bem como o passeio entre temporalidades, é a memória, e mais do que isso, é a sua qualidade de invenção: é a memória em relação. Adotaremos, portanto, a definição de Chagas (2019):

Na atualidade, a memória, do ponto de vista das ciências humanas e sociais, é tratada como um conceito ou uma prática social impregnados de afetividades e subjetividades e que, por isso mesmo, existem em relação. (...) O conceito de memória é mesmo crucial. Por ele passam o tempo e o espaço, o passado e o presente, o presente e o futuro. (...) Construimos memórias no tempo e o tempo constrói memórias em nós. Por mais que a memória esteja fundeada no presente, não se pode negar a sua articulação com o passado, nem o seu desejo de se projetar no amanhã, no futuro do agora (Chagas, 2019, p. 36-37).

À luz dessa compreensão, podemos afirmar que o movimento de construir, ao qual se refere o museólogo e poeta Mário Chagas, é o próprio ato de criar representações, sejam elas simbólicas ou formais, sempre em relação. A memória em sua qualidade relacional e inventiva é, portanto, meio inerente à construção de imaginários e à elaboração do espaço vivenciado, sendo pensada por meio do presente e das questões que atravessam o individual e o coletivo em seu contexto temporal. Portanto, nessa relação de temporalidade que envolve a memória, existe sempre a novidade da imagem. A imagem surge, é criada e inventada cada vez que rememoramos. E nesse processo sempre haverá uma novidade proveniente do momento em que se é reinventada, alguma característica da imagem rememorada ganhará força e produzirá um novo sentido na relação sujeito e espaço. Aqui está o que move esta pesquisa: para além de acessar fragmentos dos imaginários locais, buscamos identificar quais questões da atualidade estão presentes ou ausentes na construção dessas percepções na

relação sujeito-imaginário, principalmente no que diz respeito aos símbolos compartilhados na dimensão coletiva do bairro. O que estes dizem sobre a história do lugar? E, além disso, quais desejos de cidade suas imagens inventam?

Assim cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. (...) Ao inventar o passado, contando a história de suas origens e de seu percurso no tempo para explicar seu presente, a cidade constrói seu futuro, através de projetos e visões de mundo que apontam para um depois, seja como ficção científica, seja como planejamento urbano (Pesavento, 2007, p. 17).

Essa relação entre tempos e símbolos que o imaginário possibilita influencia diretamente nas relações de pertencimento, de identidade e de vivência do lugar. O imaginário se caracteriza por uma indefinição temporal, sua construção se contamina por referências do passado e por vontades de futuro, no mais, é sempre acessado por meio das lentes do tempo presente, ou seja, é atravessado por questões que envolvem a paisagem e o território em seu tempo atual. Nos aproximamos aqui do objetivo deste capítulo: compreender as relações entre imaginário e memória, evidenciando o caráter relacional e inventivo que faz parte do ato de criar imagens a partir da rememoração. Além disso, é possível afirmar que o imaginário, enquanto combinação e contradição de significados compartilhados também coletivamente, é construção social, bem como o patrimônio e a memória. Imaginários, patrimônios e memória são construções sociais

e culturais em relação a um determinado lugar ou grupo de pessoas e, desse modo, apontam características sobre tal objeto. Pesavento (2007) evidencia essa relação a partir do seguinte trecho:

Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente. Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito (Pesavento, 2007, p. 17).

Nesse sentido, de que forma a apropriação do imaginário local por parte da sua comunidade pode contribuir em um processo de invenção de cidade? Como mapear seus símbolos e afetos? Como se manifestam na cultura e na paisagem do lugar? Avançaremos nessas questões aprofundando a dimensão inventiva do imaginário, a fim de investigar suas possíveis relações com a ideia de patrimônio e sua força de criação de identificações e de pertencimento.

O filósofo e poeta francês Bachelard (1997), na introdução da obra *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*, aponta a existência de dois tipos de imaginação, distintas, porém impossíveis de serem separadas completamente: a imaginação formal, que se nutre exclusivamente das imagens visíveis, da contemplação ótica e geométrica; e a segunda, que o autor se dedica a pensar na referida obra — a qual mais nos interessa nesta reflexão —, correspondente a imaginação material: trata-se da imaginação criadora, que dá vida à substância e não se detém apenas ao que está sendo capturado de modo formal. A relação

entre esses dois tipos de imaginação pode ser melhor compreendida quando o autor exemplifica que “a vista lhes dá nome, mas a mão as conhece” (Bachelard, 1989, p. 2). Neste sentido, a imaginação formal corresponde ao trabalho dos olhos; e a material seria o tato das mãos, que modela a imagem visível, recria, deforma, inventa e provoca ações transformadoras. Isto é, a imaginação material permite ao sujeito ver além do concreto real. Esta é capaz de provocá-lo a criar outros sentidos para a realidade.

Essa ideia se aproxima do que afirmam os autores Pesavento (2007) e Lynch (1975), quando concordam que, para se realizar ações transformadoras que atribuem à cidade um sentido de lugar, é necessário se pensar as formas com que a imaginam (pela imaginação material) aqueles que a vivenciam. É a esta que os autores se referem e que nos interessa aprofundar. Bachelard acrescenta a esse raciocínio a fenomenologia da imaginação e o método do devaneio. Este último seria o estado de percepção que opera como atividade criadora e não apenas contemplativa, é uma construção do olhar para ver além da imagem formal, que atua para resgatar as subjetividades da imagem: “é aquele ao longo do qual o universo sensível se transforma em universo de beleza (...) vem acender as luzes do mundo” (Bachelard, 1988, p. 175). O autor pontua ainda que a imaginação criadora dá origem à imagem poética, conceito que será desenvolvido em breve.

No que diz respeito à fenomenologia proposta pelo filósofo, cabe aqui destacar que esta corresponde à consciência da recriação/deformação da imagem, apreendida no tempo atual. Para o autor, “esta seria um estudo do

fenômeno da imagem no momento em que ela emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado na sua atualidade” (Bachelard, 1978, p. 184). Apesar de afirmar que a imagem fenomenológica nada tem a ver com o tempo passado, e sim com o seu ineditismo na atualidade — o encantamento do sujeito para a imagem no tempo presente —, é possível perceber que o imaginar, ainda assim, se aproxima da memória se a considerarmos em sua qualidade relacional e inventiva, na sua capacidade de articular diferentes temporalidades. Isto porque, como já argumentado, cada vez que rememoramos uma imagem por meio do devaneio, da percepção subjetiva, esta será recriada de forma diferente, sempre impregnada por um aspecto de novidade do tempo presente.

Ao discorrer sobre a fenomenologia da imaginação, isto é, a imagem que surge da novidade da sua percepção na atualidade, Bachelard irá desenvolver a dimensão poética desse conceito. O autor afirma que é uma importante qualidade da imagem poética a duplicidade relacional dos conceitos “ressonância” e “repercussão”, e define:

As ressonâncias se dispersam nos diferentes planos da nossa vida no mundo, a repercussão nos chama a um aprofundamento de nossa própria existência. Na ressonância, ouvimos o poema, na repercussão nós o falamos, pois é nosso. A repercussão opera uma revirada do ser. (...) A multiplicidade das ressonâncias sai então da unidade do ser da repercussão (Bachelard, 1978, p. 187).

Ou seja, no processo de criação de imagem em sua dimensão poética (imaginária), a ressonância é um efeito

que surge da primeira apreensão da imagem visível, isto é, corresponde a um impacto proveniente da imaginação formal, é a forma com que a imagem se mostra ou é apreendida pelo sujeito por meio da visão. Já a repercussão ocorre em decorrência da imaginação material, ela é o trabalho das mãos em modelar, deformar, reinventar a substância da imagem e recriar novos sentidos para a realidade. Neste momento, nos interessa perceber que ambos os conceitos atuam em dualidade, em par, na dimensão poética da imaginação. Apesar de serem distintos, não podem ser completamente separados.

A revirada do ser, a qual se refere o autor, seria o momento em que o sujeito já não é mais o espectador contemplativo da imagem, a imaginação poética toma a imagem com as mãos e, de espectador, o sujeito passa a ser criador. Deforma a imagem que ressoou e a repercute, “fala o poema” ao mundo. Dessa repercussão, múltiplas e diferentes ressonâncias surgirão. Mesmo que se trate de um mesmo poema, de um mesmo objeto, cada vez que o imaginar, ouvir e falar, ver e tatear, ressoar e repercutir, a imagem será diferente. Assim como nas imagens da cidade, aspectos distintos da imagem do poema serão ressaltados na atualidade do encontro, para dar origem a novos sentidos.

Isto também pode ser pensado em relação às imagens do patrimônio — como exemplo, todas às vezes que minha avó fazia o percurso Petrópolis-Areal pela Estrada União e Indústria, especificamente no trecho do distrito de Cascatinha (característico por marcar a paisagem com a ocupação de casas nos morros próximos à estrada), ela acessava os anos de criança em que realizava este mesmo

percurso de trem, no início dos anos 1950, na companhia de seu pai. Para minha avó, aquela paisagem era patrimônio de sua infância. A imagem formal ressoa nela e repercute em outras, isto é, a imagem daquela paisagem mobilizava novas: a cada vez que realizava ou apenas narrava as viagens, mesmo tratando-se da mesma memória, um aspecto novo saltava. As luzes das casas eram recorrentes, sempre lhe chamaram a atenção, e seu pai as comparava com o céu estrelado. Essa comparação fixou a imagem na memória e, anos depois, ela ainda se encantava como na infância. Em outras vezes, contava mais sobre os significados que aquela viagem possuía, de onde vinha e para onde voltava, revelando hábitos da época; falava da saudade do pai; refletia sobre o barulho que o trem fazia, o que a levava a pensar que seria ótimo para cidade se hoje em dia ainda existisse esse transporte ali... O método do devaneio corresponde ao permitir-se mergulhar na paisagem, na imagem, na memória, a cada vez que estiver diante da imagem visível, e assim deformá-la e atribuir novos sentidos a ela.

Bachelard (1978), na obra citada anteriormente, analisa tais qualidades da imagem a partir do poema, assim como no exemplo da relação da minha avó com a paisagem de Cascatinha, evidenciando a aproximação entre a teoria do filósofo e o conceito de patrimônio em sua dimensão poética e imaginativa. Como opera a relação criação de imagens quando o objeto não é mais o poema nem um elemento formal da cidade, e sim o patrimônio, sendo ele material ou imaterial? Podemos atribuir ao imaginário de uma cidade a qualidade de patrimônio? São conceitos que conversam? É possível acessar o imaginário de um lugar

pelo caminho do patrimônio e sua relação com a imaginação poética?

Mário Chagas (2015) nos oferece o olhar para a dimensão poética do conceito, se apropria e alarga ainda mais seus sentidos ao discorrer em seu texto *Patrimônio é o caminho das formigas...* sobre seus significados em diálogo com as definições criadas por um grupo de jovens do Museu Vivo do São Bento¹²:

(...) não é preciso nenhuma capacidade especial para compreender que a palavra patrimônio é um substantivo abstrato que se aplica aos bens materiais e imateriais, móveis e imóveis. (...) Os substantivos abstratos são aqueles que se referem a algo imaginário, cognitivo, afetivo, a algo que não se pode tocar e sobre o qual não se pode fazer uma única imagem representativa. (...) A palavra patrimônio é um substantivo abstrato, portanto designa algo que não se pega, que não se toca, e sobre o qual não se pode fazer uma imagem representativa única. Mesmo quando se fala em patrimônio material, em patrimônio tangível, o que está em pauta não é a materialidade ou a tangibilidade, mas sim o sentido, o significado, o valor atribuído (Chagas, 2015, p. 142-143).

O patrimônio é um substantivo abstrato que provoca a criação de imagens, e, mais do que isso, sobre o qual não se pode fazer uma imagem representativa única. Ou seja, carrega em si a qualidade imaginativa, criadora de sentidos,

¹² Conceito construído em 2013 pelos participantes do Programa Jovens Agentes do Patrimônio, desenvolvido pelo Museu Vivo do São Bento e pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

da relação sujeito/imagem que vem sendo discutida ao longo de todo esse percurso teórico. A partir dessa aproximação, percebe-se que o patrimônio, por definição, dialoga com a criação de imagens. Esta, em outra instância, difere do poema, mas é mobilizadora de imagens poéticas assim como ele. Acessa e cria imaginários por meio do dueto fenomenológico “ressonância e repercussão”. Essa capacidade fica ainda mais evidente quando, mais à frente, no mesmo texto, Chagas aponta como características do patrimônio o par recepção e transmissão, sob perspectiva sincrônica e relacional:

Transmissão: eis um conceito-chave vinculado à noção de patrimônio. (...) No entanto, não se pode pensar a transmissão sem a noção de recepção. Sem recepção, o patrimônio não se constitui como tal. Recepção: eis outro conceito-chave vinculado à noção de patrimônio. Não basta transmitir (voluntária ou involuntariamente), é preciso que alguém receba (voluntária ou involuntariamente). Todo e qualquer patrimônio só se constitui quando se estabelecem vínculos entre o transmitir e o receber, sabendo que receber implica o compromisso de uma nova transmissão (Chagas, 2015, p. 143).

O autor aponta que tradicionalmente o par recepção/transmissão do patrimônio é pensado de forma diacrônica, isto é, um conceito leva ao outro ao longo do tempo, “como herança que se transmite do passado para o presente ou do presente para o futuro” (Chagas, 2015, p. 143), e defende que essa abordagem não esgota as possibilidades de relação que o patrimônio é capaz de criar. Para que seja possível o “desenvolvimento de novas práticas e novas abordagens conceituais no campo do patrimônio” (Chagas, 2015, p. 144),

o autor indica como caminho a perspectiva sincrônica do patrimônio. Isto é, o dueto recepção e transmissão atua de forma relacional, compartilhada ao mesmo tempo no presente, na novidade de sua atualidade, bem como a imagem poética de Bachelard. É com essa compreensão que esta pesquisa se guiou. Para pensar novas práticas, abordagens e apropriações da cidade, das suas elaborações, sua construção imaginária em passado, presente e futuro, este estudo defende a ideia do patrimônio enquanto provocador de imagem poética. Essa ideia busca criar caminhos para a imaginação da cidade e a apropriação da memória, por meio da criação de imaginários, de patrimônios e de afetos compartilhados coletivamente. O patrimônio se comporta tal como o poema de Bachelard.

Há no patrimônio uma dimensão política, que envolve escolha, seleção, eleição e também há uma dimensão poética que envolve criação, relação, comunicação. (...) Aqui se explicita a dimensão relacional do patrimônio: só há patrimônio onde há relação (...). É na relação, no encontro, na vivência e na convivência que o patrimônio se constitui, se enraíza e adquire sentido. De outro modo: é no cotidiano, no dia a dia, que o patrimônio se revela, se afirma e se confirma (Chagas, 2015, p. 156-157).

Em todos os esforços de definição de patrimônio, existe uma dimensão afetiva que se faz presente. Reforçando essa ideia, Chagas (2015) evidencia a definição de patrimônio vivenciado quando afirma que “é no cotidiano, no dia a dia, que o patrimônio se revela, se afirma e se confirma”. Ou seja, expressa sua potência poética e política de forma diferenciada.

O patrimônio vivenciado no cotidiano é a forma do sujeito se apropriar de sua realidade, de seu dia a dia compartilhado, nas diferenças, no fortalecimento e na organização comunitária em prol do exercício da cidadania. Desse modo, não só se afirma como gerador de sentimento de pertencimento, mas também como ferramenta participativa e transformadora da realidade. Cordeiro (2019, p. 68) afirma que “essa perspectiva patrimonial mais abrangente fomenta a construção de lugares de sentidos e, ao mesmo tempo, estimula o fortalecimento da construção identitária, de valorização do lugar e do exercício da cidadania”. De tantas perguntas, nasce mais uma: que cidade/bairro se revela em seus patrimônios vivenciados?

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston, 1884-1962. **A filosofia do não ; O novo espírito científico; A poética do espaço / Gaston Bachelard**; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções de Joaquim José Moura Ramos (*et al.*). — São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

_____. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria / Gaston Bachelard**; [tradução Antônio de Pádua Danesi]. - São Paulo: Martins Fontes, 1997. - (Coleção Tópicos)

_____. **A poética do devaneio / Gaston Bachelard**; [tradução Antônio de Pádua Danesi.] - São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória Social em Fragmentos: o poder das encruzilhadas e a museologia em ação**. In: Cadernos Sesc de Cidadania | Memórias, São Paulo, v. 10, nº15, p.36-40, 2019.

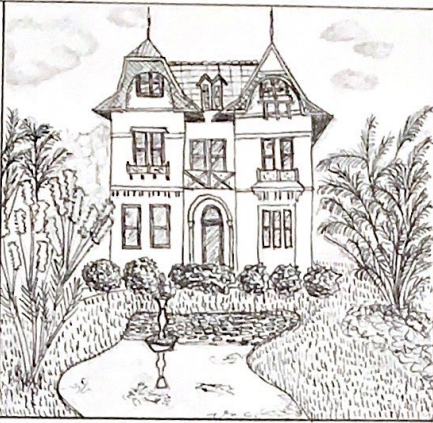
_____. **Patrimônio é o caminho das formigas...** In: Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.47, p.175-196, 2015.

CORDEIRO, Tatiane O. de Assumpção. **As dimensões da construção social do patrimônio no Museu Vivo do São Bento**. In: Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 32, n.51, p. 59-69 Dez/2019.

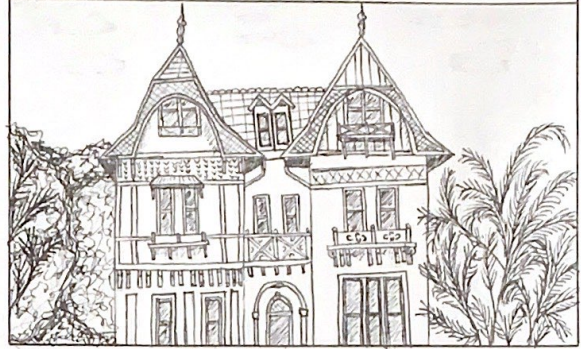
LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 3a ed. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2011.

PESAVENTO, Sandra J. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In: Dossiê: Cidades - Rev. Bras. Hist. V. 27: 11-23 jun. 2007.

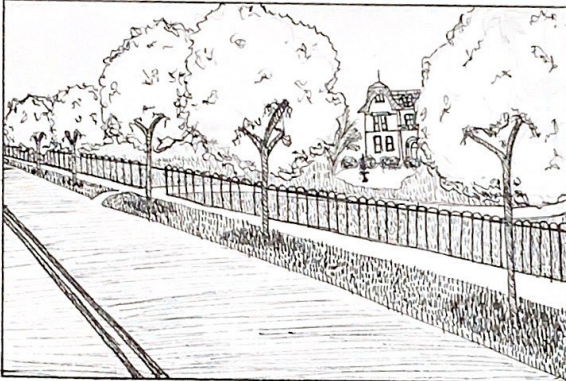
AS CASAS
PODEM SER
CONHECIDAS
POR MUITOS
NOMES.
A 'CASA DOS
SETE ERROS',
POR EXEMPLO,
JÁ FOI
CHAMADA DE
'CASA
MAL-
ASSOMBRADA'



MUITAS PESSOAS ACREDITAVAM TER AVISTADO O
FANTASMA DE UMA MULHER NA JANELA,



E ATÉ EVITAVAM PASSAR PERTO DA CASA.



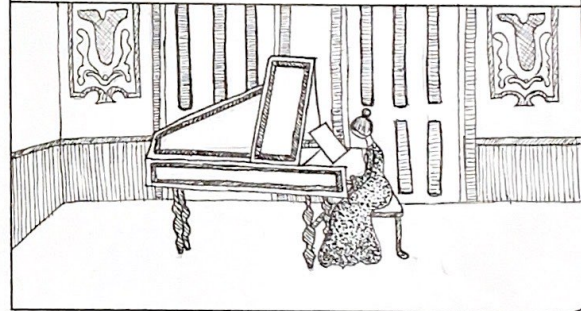
A SUA APARÊNCIA DE CASARÃO ANTIGO
COMO OS DOS FILMES DE TERROR...



E A SOLIDÃO DE
UMA MORADORA
QUE ÀS VEZES
PERMANECIA
OBSERVANDO A
VIZINHANÇA...



ACABARAM PROVOCANDO UM ISOLAMENTO AINDA
MAIOR.



POR CAUSA DE UM
MAL- ENTENDIDO,
A CASA ACABOU
RECEBENDO
ESSE NOME,



MAS SE PRESTARMOS ATENÇÃO, ALGUMAS CASAS
SÃO REALMENTE ASSOMBRADAS ...



PELO SEU PASSADO.

3

Laís Lima

**VILA FELIPE —
POÉTICAS DA CIDADE:
PETRÓPOLIS IMPERIAL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5.3

Figura 1 – Portões do Vila Felipe



Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

Conheci este lugar por acaso, durante uma visita a campo do projeto de extensão qual faço parte: Praças e Playgrounds de Petrópolis¹³. O projeto mapeia as praças da cidade e, para tal, às vezes, precisamos ir até regiões periféricas. Assim, eu conheci esse trecho esquecido e abandonado do bairro Vila Felipe. Vim a esta rua procurar uma praça que nunca encontrei, mas achei uma oportunidade de travessia.

Comecei essa travessia como uma expedição, uma expedição atrás de um portão. Quando estive aqui pela primeira vez, conheci esse portão, que me impressionou;

13 Praças e Playgrounds de Petrópolis é um projeto de extensão do DAU/ESDI/UERJ que mapeia equipamentos urbanos em Petrópolis. O projeto é coordenado pela professora Sabrina Barbosa e cocordenado pelos professores Filipe Marino e Glauci Coelho.

um esquema de setas apontava para uma série de reivindicações transcritas ali. Talvez essas reivindicações tenham partido de um estado de indignação, de impotência, ou mesmo de algum estado de loucura, não sei, mas elas estão aqui e agora fazem parte da paisagem do lugar.

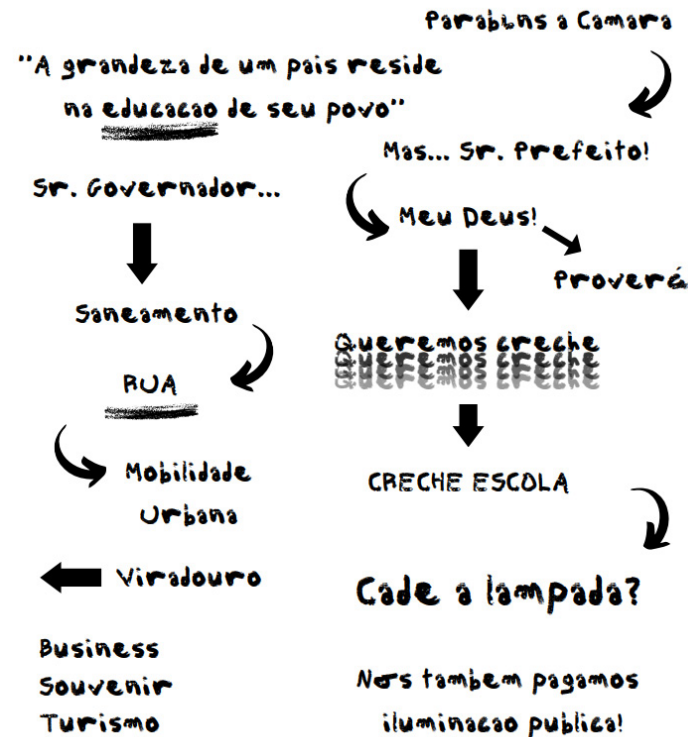
Os escritos se iniciam com uma reivindicação ao prefeito, a partir dos órgãos que o manifestante *conclama, suponho os dois maiores problemas do bairro: mobilidade e infraestrutura urbana, devido ao chamamento dos órgãos CPTRANS e Secretaria de Obras, respectivamente*. No entanto, esse chamamento é abruptamente atravessado por uma demonstração de fé, que vai do português ao inglês — *My god! Meu Deus!* —, chamando por uma divindade superior e, ao final, retornando à fé nos homens, quando questiona: *Felipenses (suponho que seja como o autor preferiu chamar os habitantes do Vila Felipe), cadê a associação?*

Figura 2 – Portão no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 3 – Colagem dos escritos do portão no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

O/a manifestante também utiliza do giz sobre o muro para entrar em questões relativas à educação, para agradecer à Câmara por uma medida a favor dos idosos, das pessoas acamadas e dos animais domésticos no que diz respeito aos fogos de artifício e para pedir a rede concessionária de energia elétrica melhorias no abastecimento, mas me chama atenção especialmente um escrito

deslocado: BUSINNES (leia-se *business*), SOUVENIR, TURISMO. Quero acreditar que o/a manifestante aqui percebe o mesmo traço da identidade de Petrópolis que eu tenho questionado a partir deste trabalho: a cidade fomenta sua dinâmica econômica e mercantiliza as paisagens do Centro Histórico como souvenir para promover o turismo, enquanto isso, periferias e territórios populares, às vezes nem muito distantes, como esse local no Vila Felipe, são invisibilizados.

Na extremidade do portão, há ainda uma mensagem ao governador, fala da rua que já existiu e que está desativada. Visto os abandonos que encontro ali, concluo que a via em questão é aquela, a rua onde está o portão, a Jacinto Rabelo, no Vila Felipe. O/A manifestante pede ainda obras de infraestrutura urbana, propondo novas ligações entre ruas, e marca um ano: 1945. Na data citada, o Brasil estava sob a presidência de Getúlio Vargas. O estadista brasileiro foi um dos gestores que mais promoveu obras infraestruturais no país. Certamente, a marcação desse ano no portão revela um saudosismo de outro Brasil, talvez também de outra Petrópolis.

Hoje o céu está branco, a neblina está baixa e o dia acinzentado, forma o "ruço" petropolitano. O ruço da paisagem materializa o sentido opaco do bairro. Milton Santos (1999), analisando a seletividade que as empresas e o capital exercem sobre os territórios, vai classificá-los enquanto luminosos ou opacos, para isso, o autor destrincha o conceito, chegando à conclusão de que os territórios que possuem densidades técnicas e informacionais se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnológicas e organizacionais.

A estes, o autor denomina como territórios luminosos. Por outro lado, os espaços que não são contemplados com esses investimentos e ocupações acabam conhecidos como territórios opacos. Os adjetivos utilizados por Santos são bastante precisos, não apenas no caso do Vila Felipe, onde essa característica se materializa fisicamente, além disso, o sentido de luminosidade e de opacidade fala sobre visibilização e, de fato, os lugares que não são escolhidos para receber o fomento econômico se tornam, muitas vezes, invisibilizados.

Foucault (1983) vai afirmar que um regime de visibilidade não consiste no que é visto, mas em como torna visível uma realidade a partir de jogos de poder. Na vida cotidiana de quem vive no bairro, o que determina a invisibilidade e a opacidade acentuada no Vila Felipe são os jogos de poder e as cortinas de visibilidade, de notoriedade e de cuidado, atribuídas aos lugares na esfera de administração da cidade. No entanto, no Vila Felipe, devido à sua elevada altitude, esse conceito também se traduz na paisagem nos dias frios, a partir do simbolismo que o “ruço” exerce fisicamente quando paira sobre as ruas. Nesses dias, a neblina esconde o bairro, que fica invisível para quem tenta enxergá-lo. Para além do simbolismo, o território permanece invisibilizado. Suponho a partir de tudo que vi enquanto estive ali que as marcas do tempo e das tragédias permanecem lá. Também constato que a precariedade das ruas demandam com urgência obras de reconstrução e revitalização.

Mesmo com o mau tempo, encontro, próximos ao portão, um grupo de homens trabalhando. Fiquei os observando por um período. Sentei. Eles carregavam vergalhões em um caminhão e tinham uma máquina enorme que

quebrava o silêncio presente na rua na primeira vez em que estive lá. Eles têm coletes amarelos, identificando-os como servidores do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas é bastante difícil detectar o que eles estavam realmente fazendo. A maioria deles não fazia nada. Em um canto, um grupo de três homens conversava sobre as suas impressões das próprias vidas e como eles se sentiam por estarem envelhecendo. Outros três estavam ocupando uma casa que não parecia ser do estado, era uma construção bastante simples. Eles entravam lá com protetores auriculares bem grandes, respiradores, vergalhões espessos e equipamentos para trabalhar em altura. Cumprimentei-os com “boa tarde” enquanto passavam por mim, mas não consegui iniciar uma conversa. Eu não sabia nem se podia estar vendo essa movimentação, achei por bem não fazer perguntas. Estava sozinha e tive medo.

Figura 4 – Entulhos em casas no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Tentei ver pela parte alta da rua o que acontecia no quintal da casa, mas não era possível, o “ruço” limitava minha visão, ao mesmo tempo em que aquele lugar parecia cada vez mais perigoso. Os trabalhadores que vagavam por lá sem fazer muita coisa — mesmo que provavelmente estivessem sendo pagos com dinheiro público — agora conversavam sobre um assassinato, como se algum deles tivesse sido testemunha do ocorrido. Com esse ruído e o “ruço” cada vez mais baixo, o lugar me parecia bastante ameaçador.

Saí de lá e minha travessia se transformou em deriva. Seguindo pela rua Jacinto Rabelo, decidi que, sempre que possível, viraria à direita. Nessa rua existem várias coisas abandonadas, casas, carros, objetos, não sei se desde as chuvas ou até mesmo antes disso, mas imagino que os antigos proprietários de todos esses objetos devem ter deixado o local devido à mesma indignação que o(a) reivindicador(a) do portão da garagem.

Figura 5 — Caçamba no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Essa rua me parece o resultado de um abandono generalizado, abandono do estado e de todos que viviam aqui. É difícil imaginar que alguém continuasse habitando esse lugar nessas condições, mas depois de uma hora de minha permanência, vejo uma mulher vindo da minha retaguarda, andando em direção ao ponto final do ônibus (sim, esse lugar é logo após o último ponto do ônibus Vila Felipe da companhia Petrolta). Pessoas ainda vivem aqui.

A paisagem é triste e chocante, nada me tira da cabeça que todas as coisas inusitadas que encontrei pelo caminho, incluindo um único pé de sapatilha no meio do barro, são resquícios da tragédia ocasionada pelas chuvas de fevereiro, que fizeram na cidade centenas de vítimas, muitas delas em suas casas, aqui, nessa rua.

O escrito na lixeira diz que é só uma fase, mas será mesmo? Será que um dia as pessoas neste país serão tratadas com igualdade? Será que haverá políticas públicas suficientes para que as pessoas não morram devido à pobreza? Será que na cidade de Petrópolis serão aplicadas medidas preventivas para que as pessoas não morram vítimas de eventos climáticos? Será que o acesso à moradia digna e segura um dia será universal? Será mesmo que tudo isso vai passar? Que é só uma fase?

Enquanto caminho pela rua, percebo que em vários pontos estão plantadas espadas-de-são-jorge, conheço o significado dessa planta, por isso, imagino se elas estariam propositalmente espalhadas por ali, se aquilo seria um pedido por proteção.

Conforme sigo, confirmo a minha suspeita em relação aos abandonos da rua. Chego a um ponto cheio de escombros, lugares que certamente já foram lares, que abrigaram famílias e que, agora, são barro amassado com alguns resquícios de vida, objetos abandonados lá. Encontro uma boneca Barbie no meio do barro, ela está em parte soterrada, fico devastada. Torço para que a criança, a dona da Barbie, esteja bem e viva. Respiro por um longo período. Continuo.

Figura 6 — Sapato na lama: Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Enquanto caminho, torço muito para que todas as pessoas que viviam aqui estejam bem, para que elas não estejam mortas. É difícil relatar essa paisagem. Eu não consigo mais escrever sobre o que vejo ou o que sinto. É devastador. É doloroso demais. É um cemitério de objetos que certamente guardam lembranças. Espero que as imagens que fiz façam o trabalho de falar por mim sobre esse longo trecho que percorri (o trecho dos escombros) e que não consegui traduzir em palavras.

Figura 7 — Casa no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 8 — Boneca na lama: Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 9 — Casa no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 10 — Casa no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A neblina já estava bem mais intensa. Parei no ponto de ônibus para ir embora, lá estavam dois conhecidos, um homem e uma mulher, conversando. Ela contava a ele do acidente em que quase fora atropelada por um ônibus, eles se queixavam das suas dificuldades e do poder público que nada fazia para melhorar a vida das pessoas. Compartilhei da angústia deles e me juntei ao desabafo, falei de onde eu vinha e o que havia visto. O homem que falava comigo era o antigo morador de uma das casas em ruínas que fotografei. Ele me contou que agora vivia de favor em outra casa perto dali. Falávamos da tristeza implícita na paisagem daquele lugar, quando ele me relatou como foi o dia 15 de fevereiro de 2022. Ele agradece ao jogo do Real Madrid — time de futebol espanhol —, segundo ele, se o jogo não tivesse sido transmitido naquela tarde, talvez ele estivesse dormindo e morreria ali, deitado.

Figura 11 — Camisa soterrada no Vila Felipe

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

“O jogo ainda estava passando quando o céu começou a ficar escuro, nunca tinha ficado escuro daquele jeito”, narra o homem que segurava uma foice e um saco de pão. “E aí começou a chover, mas chovia muito, eu peguei minha menina e vim embora com ela. Lá do lado da ladeira que você passou, tinha três casas, a minha, a da Adriana e da minha vizinha que faleceu”. No meio da narrativa dele, vi a oportunidade de descobrir a resposta para a minha torcida, se aquelas pessoas estavam bem, eu ainda esperava que sim. Ele me conta, então, que a família dele e da mulher chamada Adriana estavam bem, eles saíram a tempo, mas lembra que a casa dessa outra vizinha ruiu antes que ela pudesse escapar, ela morreu em Petrópolis no dia 15 de fevereiro de 2022, em casa.

Ele contou ainda que voltou lá naquela tarde, após deixar sua filha em um lugar seguro, e acompanhou o chamamento dos bombeiros. Os bombeiros fizeram perguntas a eles pelo telefone, incentivaram o trabalho que eles estavam realizando ali, mas disseram que não poderiam ir até lá, pois não tinham equipes disponíveis na cidade naquele momento. Ele e outros três homens iniciaram o salvamento de diversas pessoas que estavam debaixo dos escombros, três morreram a caminho do hospital, ele não me disse quantas sobreviveram.

Figura 12 — Escombros na Vila Felipe

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 13 — Casa na Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 14 — Casa no Vila Felipe



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Vendo o que vi e ouvindo o relato daquele homem, eu agora entendo a indignação do/da manifestante do portão. Eu estive no Vila Felipe em novembro de 2022, nove meses depois da tragédia, este é o mesmo tempo de uma gestação. O fruto gerado ali desde então ainda é tristeza, caos e abandono. Pode parecer interessante e inusitado descobrir uma manifestação em um portão de um bairro residencial, em uma rua afastada e em um trecho remoto, mas essa manifestação não é nem um pouco aleatória, ela só poderia estar no Vila Felipe, ela só poderia estar naquela rua. É verdade que outros bairros também foram afetados pelas chuvas e, assim como o Vila Felipe, aguardam a reconstrução, mas a reivindicação no portão é visceral e exprime aquele lugar. Imagino que não haja como viver ali lucidamente sem sentir a mesma indignação do/da manifestante do portão ou sem alimentar uma atitude de autopreservação, imaginando que tudo aquilo “vai passar”. A paisagem do bairro é extremamente triste, ainda mais por não se saber bem a quem recorrer, à concessionária de energia? Ao prefeito? Ao governador? A Deus? A God? À população? Ou ao amuleto de São Jorge?

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1983.

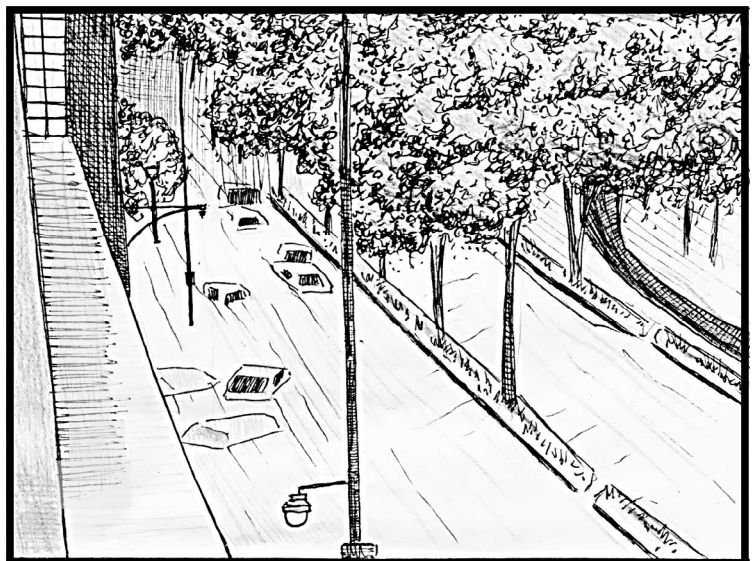
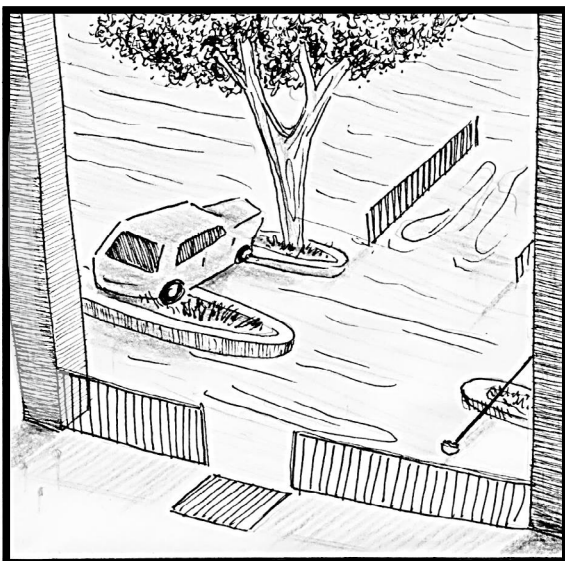
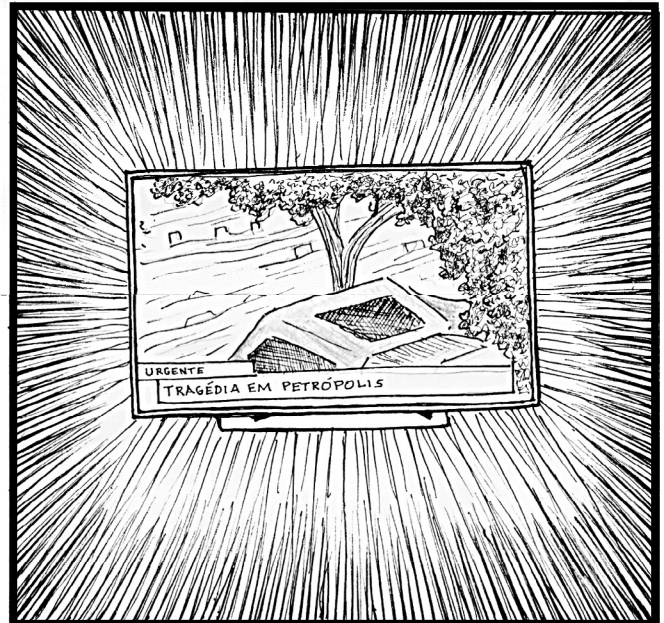
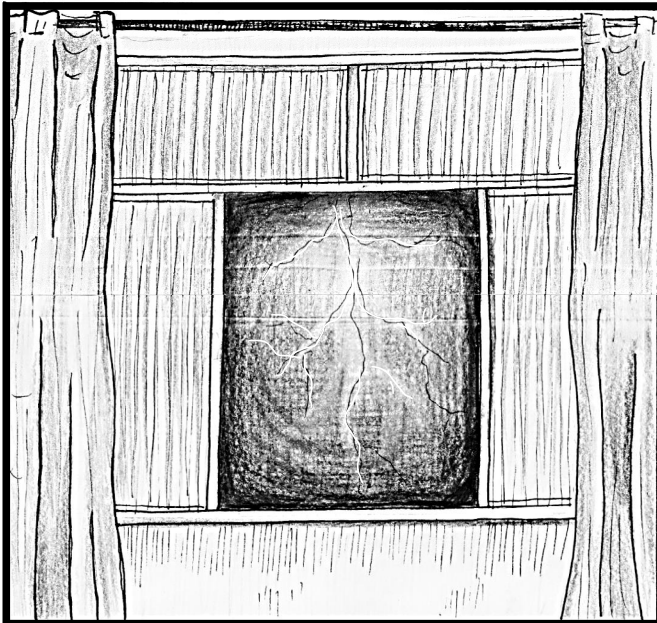
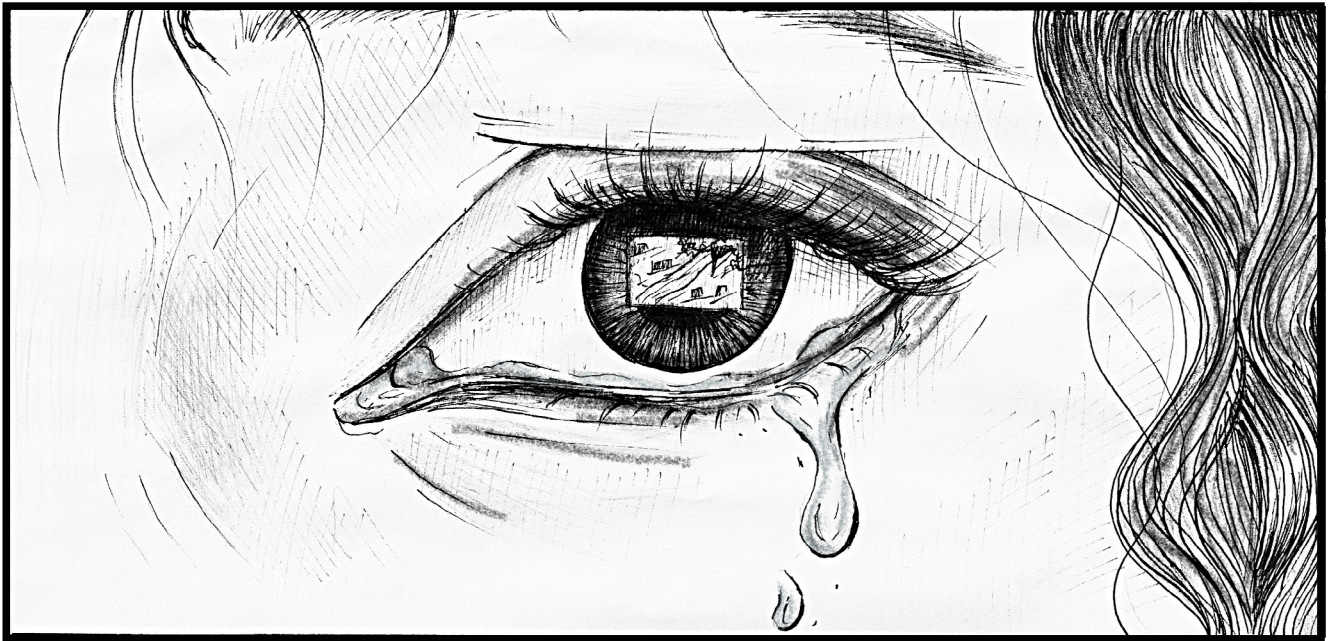
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Figura 15 — Mídia mista sobre papel 300g/m²



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

OLHOS DE VER



Petrópolis,
fevereiro de 2022
Autoria: Ingrid A.

4

*Juliana Baur
Glaucineide Coelho*

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA:

**AS LUTAS TRAÇADAS POR CORPOS
FEMININOS EM PETRÓPOLIS/RJ**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5.4

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é derivado de um trabalho final de graduação intitulado de *Cidade, mulher e poder: vulnerabilidades socioambientais e a instituição de direitos urbanos no Alto da Serra em Petrópolis-RJ*, que possuía como objetivo geral a investigação de como questões de gênero, de raça e de classe se entrelaçam com vulnerabilidades socioambientais, com ênfase nas vivências das mulheres petropolitanas e no evento da tragédia de 2022. Dessa forma, o capítulo foi estruturado por meio da narrativa que enfatiza como questões socioambientais, urbanas e sociais geram impactos desproporcionais aos corpos femininos petropolitanos.

Nesse contexto, ao lançar luz à atmosfera de insegurança ambiental, a cidade petropolitana possui como principais fatores a expansão populacional, a ocupação irregular e desassistida das encostas e suas condicionantes naturais, que criam um cenário propício a fortes precipitações e problemáticas, como o deslizamento. A tragédia de 2022 evidenciou essas questões e ainda apresentou a estatística dolorosa de 60% de mortes femininas (Agência Brasil, 2022), repercutindo, dessa forma, a questão de corpos femininos sofrerem os efeitos desse tipo de evento trágico de forma mais violenta.

Seguindo para o segundo eixo abordado neste capítulo, a violência urbana na cidade pode ser notabilizada por meio das estatísticas de notificações de crimes de violência contra a mulher, dentre eles, um expõe que Petrópolis é a cidade com maior índice desses crimes da região serrana.

Outra questão a ser explorada é a cultura conservadora da cidade, que resulta em subnotificações, invisibilizando a violência de gênero, inibindo as denúncias e reforçando o *status quo* de insegurança para a mulher.

Relatos de moradoras da cidade são utilizados como ferramenta de comprovação de todo esse cenário abordado na narrativa. De forma geral, é possível destacar nas falas a questão de as desigualdades refletirem condições sociais de negligência do poder público, ineficácia de políticas públicas, invisibilidade e vulnerabilidades femininas.

Ademais, apesar de todo custo emocional, o capítulo repercute um gesto de luta e de resistência feminina, que esses corpos elaboram ao transformar suas vulnerabilidades. Figuras femininas, ao organizarem movimentos para reivindicar direitos e justiça, acabam ocupando o lugar de agentes de mudança, denunciando desigualdades e promovendo ações em prol do bem-estar da coletividade.

FORMAÇÃO URBANA E CONDICIONANTES NATURAIS: CATALISADORES DA INSEGURANÇA AMBIENTAL

Para estruturar o cenário contemporâneo petropolitano, é necessário compreender certos fatores concebidos no período inicial de sua formação urbana. Como ponto de partida, temos o seu plano urbano, encomendado por D. Pedro II ao Major Júlio Frederico Koeler em 1846.

O objetivo do projeto era fornecer serviços e atendimento à corte de D. Pedro II, dessa forma, o plano urbano seguia a diretriz de ocupação do solo somente em áreas ao longo dos cursos dos rios.

Entretanto, o que o plano não previu foi a necessidade de expansão do território, devido à sua proximidade com a capital do estado e à implantação da BR-040 em 1928. Indústrias, em especial as do ramo têxtil, se instalaram na região, gerando um processo de intensificação da densidade demográfica no município. A população trabalhadora se viu necessitada a residir em áreas próximas às indústrias, ocupando, dessa maneira, “as encostas ao redor dos setores inicialmente planejados por Koeler” (Alvarenga; Blaudt; Garin; 2023, p. 61). O seu plano urbanístico acabou se mostrando falho por não considerar a necessidade desse crescimento no território (Alvarenga; Blaudt; Garin; 2023).

Em relação às suas condicionantes naturais, por estar localizada na cadeia montanhosa Serra do Mar, a cidade possui como clima o tropical de altitude — apresentando verões úmidos e quentes e invernos secos e frios. Já o seu relevo, rigorosamente acidentado, influencia diretamente nas dinâmicas climáticas do território. Segundo as autoras Cecília Campos e Giulia Parola (2022), a serra atua como “um paredão montanhoso às massas de ar quente-úmidas do litoral do Estado que, ao serem bloqueadas, acabam se concentrando e subindo grandes altitudes” (p. 16). No momento em que as massas de ar quente-úmidas entram em contato com o ar frio presente na serra, acabam ocasionando as chuvas torrenciais costumeiras do território. Logo, esse cenário proposto — que soma o clima tropical

de altitude, que apresenta chuvas constantes e relevo extremamente acidentado — acaba por corroborar para a ocorrência de deslizamentos na região (Campos; Parola, 2022).

Assim, entende-se que, quando tratamos das fortes precipitações na cidade e suas consequências, muito se deve às suas condições naturais e formação urbana. O processo de urbanização atual da cidade é um fator que nutre esse risco, de uma maneira geral, “a retirada da cobertura vegetal, a urbanização irregular e a impermeabilização” (Lopes *et al.*, 2003, *apud* Campos; Parola, 2022, p. 18) são os principais constituintes desse problema.

Esse cenário impulsiona e produz a vulnerabilidade socioambiental, além de refletir as nossas estruturas sociais. Por transitar em diversos campos disciplinares — encontrando no campo da arquitetura e urbanismo tangenciais entre os estudos de direito à cidade e gênero — o conceito de vulnerabilidade socioambiental tem um caráter polissêmico. Ao lançar luz a sua definição, ele pode ser compreendido a partir da relação de dependência e de influência da vulnerabilidade a riscos ambientais a fatores sociais e econômicos. A terminologia demonstra a intersecção das dinâmicas sociais e ambientais. O desenvolvimento do território urbano — que propõe o aglomerado de pessoas e de atividades em um espaço sintético — acaba por tornar as cidades propensas a essas vulnerabilidades. Quando tratamos de eventos naturais, concernentes a inundações, por exemplo, as concentrações urbanas são as mais atingidas. Além disso, é exposto que mulheres, negros, crianças e idosos compõem o grupo que sofre de maneira mais hostil com essa problemática (Esteves, 2011).

CONTEXTO DA TRAGÉDIA DE 2022: CIDADE E DESIGUALDADE

Petrópolis, município do Rio de Janeiro, é um território urbano que se mostra propenso a vulnerabilidades de espécies socioambientais. O exemplo mais recente é o dia 15 de fevereiro de 2022, quando, por volta das 15h30, a aproximação de uma frente fria, somada à queda não prevista na pressão atmosférica resultou na formação de núcleos intensos de chuva na cidade. Em um intervalo de seis horas, foram registrados 259mm acumulados no território, em específico no primeiro distrito do município. Com a forte precipitação, a camada de solo das encostas ficou em estado de saturação, o que ocasionou diversos deslizamentos pelos bairros e inundações generalizadas. Segundo os autores Blaudt, Alvarenga e Garin (2023), os bairros mais atingidos foram os próximos à Serra dos Órgãos, compreendidos como Alto da Serra, Centro, Castelanea e Quitandinha. Conforme a Defesa Civil, 86% dos registros de ocorrências foram devido a deslizamentos.

Em 20 de março de 2022, trinta e cinco dias após a forte precipitação, a cidade se viu acometida pelo mesmo problema. Dessa vez, segundo dados, foram registrados 534mm em 24 horas. Logo, o território, ainda muito vulnerável, não recuperado e sobrecarregado, viu sua infraestrutura urbana e seus sistemas de drenagem se mostrarem ineficazes, de modo que a cidade mais uma vez sofreu com deslizamentos e alagamentos (Alvarenga; Blaudt; Garin, 2023).

Apesar de sempre ter sofrido com fortes precipitações, Petrópolis nunca havia enfrentado uma tragédia tão hostil até as datas apresentadas. Dessa forma, essa foi a maior tragédia registrada no município, indicando um número doloroso de 241 vítimas fatais.

Outro número chama atenção e nos leva a repercutir um recorte necessário: 60% do número total de vítimas fatais correspondem a indivíduos do sexo feminino (Agência Brasil, 2022). Nesse sentido, Tamara Campos (2022) traça um paralelo deste número com a percentagem da população total petropolitana, a qual a autora expõe ser 56% feminina. Essa comparação é importante pois, certamente, a maioria feminina acabaria cooperando para o número expressivo de mortes femininas, porém, como visto anteriormente, “os prejuízos e efeitos desses acontecimentos não são igualmente distribuídos entre os gêneros” (Fragoso; Gehlen; Silva, 2012, p. 476). Devido à maior vulnerabilidade aos riscos, outros locais, além de Petrópolis, ao sofrerem com eventos trágicos, acabam encontrando um cenário que proporciona mais hostilidade para corpos femininos do que masculinos. Dessa forma, é possível compreender que a explicação do número expressivo de mortes femininas não pode ser baseada somente na maioria desses corpos na cidade, essa narrativa, na verdade, pode acabar colaborando e desenvolvendo processos de invisibilidade da realidade feminina vivenciada no território.

O acesso à moradia digna e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado são premissas presentes no direito à cidade. Porém, o que infelizmente é visto em território

nacional é uma parcela da população instalada em condições habitacionais que carecem de infraestrutura urbana adequada. Do processo de urbanização do Brasil, surgem diversos impactos ambientais e sociais, muito disso devido à omissão e à opressão do poder público, tendo em vista que ninguém mora em uma área de risco por preferência (Campos; Parola, 2022). A cidade petropolitana não foge dessa lógica, apesar de suas condicionantes físicas e naturais influenciarem nas dinâmicas e nas consequências de chuvas na região, a negligência social também deve ser apontada como catalisadora desse processo. Atualmente, apesar de já ser assegurado o direito de experimentar a cidade, mulheres ainda possuem uma realidade limitada no campo urbano ao compararmos com a vivência masculina. E o desastre “ambiental, urbano e social” (Tavares; Ramos, 2023, p. 111), como foi o de 2022, acaba evidenciando, gerando e impulsionando a composição desse cenário urbano hostil.

VIOLÊNCIA URBANA

Um caminho possível para estruturar o cenário da insegurança feminina refletida no território urbano nesse sentido é a análise de alguns dados da cidade por meio do recorte feminino. Em 2017, o Instituto de Segurança Pública (ISP) desenvolveu um ranking em relação aos números de ocorrências do crime de estupro registrados nas delegacias do estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2014 a 2017. Petrópolis apareceu na 18ª posição geral — com 69 casos registrados entre os anos —, sendo a segunda da região serrana

a surgir no ranking, ficando atrás apenas de Teresópolis, que obteve 88 casos registrados no período (Bretas, 2017).

Seguindo para o ano de 2022 — em uma análise realizada entre os meses de janeiro a agosto —, o jornal local, Diário de Petrópolis, explanou que a cidade superou Teresópolis em 33% sobre as ocorrências do crime de estupro, se tornando o município com maior índice do crime na região.

Em 2023, um estudo realizado pelo Dossiê da Mulher — organização do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) — revelou um dado hostil: em média sete mulheres são violentadas por dia na cidade de Petrópolis. Além disso, o levantamento revelou que, no ano de 2021, 2.286 mulheres foram agredidas: 34% por violência psicológica; 28,3% por moral; 5,8% por sexual e 4,5% por patrimonial (Em média [...], 2023).

Em contraponto a esses dados, que representam a realidade hostil das mulheres no território, se lança luz a uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2018, que apontou Petrópolis como uma das cidades mais seguras do estado do Rio de Janeiro, por estar entre as trinta menos violenta. Esse estudo não deve ser invalidado, mas quando o colocamos frente a diversas outras pesquisas — como as apontadas anteriormente — que possuem um recorte de gênero, nos questionamos: é uma cidade segura para quem? Ou até mesmo, quais são os fatores ou tipos de crimes que estão sendo analisados? Ao levantarmos esses questionamentos, queremos elucidar que certos tipos de narrativas podem cooperar para um processo de invisibilidade de graves problemas das nossas estruturas sociais, como a violência contra a mulher.

A composição do cenário se mostra clara, de um lado narrativas que defendem Petrópolis como uma cidade segura, que de fato pode ser entendida assim para um recorte específico: sujeito masculino e branco; e de outro, temos o número de casos de crimes contra a mulher em contínuo aumento, estruturando uma realidade de perigo e de medo para a vivência feminina na cidade. Essa composição sugere um alerta e reforça uma das ideias aqui defendidas: a necessidade de visões urbanas contra-hegemônicas para uma realidade mais justa nas cidades. Além disso, outro ponto importante é que, até aqui, tratou-se de dados coletados de notificações e de denúncias, porém, outro caminho que acaba nos levando a compreender que a realidade é mais hostil do que imaginamos é a subnotificação. Petrópolis é influenciada por uma atmosfera conservadora, que vê a violência contra a mulher como uma mancha que deve ser escondida e apagada — esse último estudo, apresentando a cidade como um lugar seguro, pode se basear nesse imaginário, inclusive. Todo esse movimento, além de nos privar da real situação, inibe corpos femininos de denunciarem as violências vividas.

CONVERSA COM AS MORADORAS

Outra maneira de expor e estruturar o cenário vivenciado pela mulher petropolitana é por meio da escuta atenta ao que elas mesmas têm a dizer. Desta forma, o trabalho contou com a colaboração de algumas moradoras que, além de experienciar tudo que já foi discutido, exercem

forte representação no território. O primeiro grupo, que será denominado de **A**, é composto por um mandato popular feminino da câmara dos vereadores da cidade; a segunda representação, chamada de **B**, trabalha há anos no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e, no momento da conversa, ocupava o cargo de coordenadora do órgão; a terceira, **C**, é moradora do Alto da Serra — local considerado o epicentro da tragédia de 2022 — há bastante tempo, e, no momento da entrevista, era presidente da associação de moradores do bairro; por fim, a colaboradora **D**, que também era moradora do bairro Alto da Serra há aproximadamente trinta anos, e teve sua história atravessada de forma dolorosa pela perda de nove familiares no desastre de 2022.

Sobre a vulnerabilidade socioambiental, a fala das colaboradoras reforça uma questão importante: apesar das condicionantes naturais e da formação urbana influenciar nas dinâmicas de vulnerabilidade no território, elas não são e não podem ser colocadas como as únicas responsáveis pela geração e pelo desenvolvimento da problemática na cidade. Ao repercutir a colocação da autora Joice Berth (2023), que classifica o território urbano como um reflexo das nossas estruturas sociais, entendemos que os processos de desigualdade, de marginalização, de exploração e de espoliação de direitos que intersecciona o território urbano, submete boa parte da população a riscos, vulnerabilidades e hostilidades. Como apontado anteriormente, mulheres, negros, crianças e idosos compõem o grupo que possui maior suscetibilidade à problemática da vulnerabilidade socioambiental, fator que reforça a noção de que a “vulnerabilidade aos desastres é socialmente construída” (Fragoso; Gehlen; Silva, 2012, p. 473).

Neste contexto, falas das colaboradoras que reverberam essa realidade podem ser destacadas:

[SIC] A: A segurança ambiental em Pet, tem um recorte de classe, raça e gênero. Regiões periféricas são mais vulneráveis.

[SIC] A: No município, a segurança ambiental segue e reproduz os parâmetros mundiais em relação ao racismo ambiental.

As colaboradoras **C** e **D**, quando indagadas sobre como se sentiam em relação à segurança ambiental no território, se consideravam existir segurança nesse sentido no local onde viviam, afirmaram:

[SIC] C: Não. Não existe. Local nenhum.

[SIC] Autora: Então você acha que a falta de segurança é geral?

[SIC] C: É geral.

[SIC] Autora: E você tem alguma coisa a dizer sobre isso?

[SIC] C: Ai, porque assim, a gente como presidente olha... eu... eu vou nos morro, entendeu? Então, eu analiso muito e principalmente ali atrás **(a colaboradora se refere à rua denominada como Rua dos Ferroviários, local pertencente ao bairro Alto da Serra, e mais atingido pelos deslizamentos oriundos da tragédia)**. Ali atrás, não adianta assim... é meu achismo, né? Eu pensando por mim. Cada um

tem um certo pensamento. Ali, o que eu vejo que essas obras que tão sendo feita, elas não vão dar total segurança, porque é igual: "ah, vai ser duzentos e poucas casas"... duzentos e quarenta casas que vão retirar... vão fazer a barragem que eles estão falando que vão fazer. Tá? Só que isso garante as casas de baixo? Não garante... porque se descer... aí é igual meu amigo que é engenheiro falou pra mim "tirando as casas toda, se descer uma barreira não tem nada que impeça de vim embaixo agora, porque ela já está, vai vim reta", entendeu? E eu sempre bato na tecla ali, porque é... eles estão é... sintonizado no local... mas tem locais ali que ainda tem moradores que eu acho que não tem ciência do perigo que está correndo, entendeu?

[SIC] D: Não, nunca foi. Mas a gente só sabe disso agora.

[SIC] Autora: É. Então, pra você o território inteiro também não tem segurança?

[SIC] D: Não. Não tem não. E eu descobri isso subindo com pessoal do Ministério Público.

[SIC] Autora: Você descobriu depois do que aconteceu, né?

[SIC] D: Sim. Nós tínhamos ali quatro nascentes, aquela água vem infiltrando no solo há quantos anos? Cinquenta, sessenta anos, né? E pra onde que essa água estava indo? Então, assim, pra mim nenhuma parte ali é segura.

Em relação à insegurança oriunda da violência urbana ou doméstica na cidade, é possível identificar e confirmar, por meio das falas das colaboradoras, a forma mais hostil como esse problema atravessa o cotidiano feminino. As consequências e os prejuízos derivados dessa questão reproduzem a lógica da distribuição desigual entre gêneros. Nesse sentido, o grupo de colaboradoras **A** repercute:

[SIC] A: Segura para homens. Para mulheres, temos mais de 100 estupros por ano.

[SIC] A: Petrópolis é uma cidade segura, menos para mulheres. Nós mulheres nos sentimos muito vulneráveis ao transitar pela cidade.

[SIC] A: Apesar de estarmos em uma cidade “segura”, nós mulheres não conseguimos nos sentir plenamente seguras.

Uma questão extremamente relevante, também apontada por uma das colaboradoras do grupo **A**, é a subnotificação como uma ferramenta de manutenção do *status* de uma cidade segura:

[SIC] A: A sensação de segurança está dada pelos marcos de subnotificação dos dados para venda da imagem de uma cidade turística segura.

Nesse contexto de insegurança, de violência e de subnotificações, a colaboradora **B** enfatiza a forma como o imaginário conservador influencia essas dinâmicas:

[SIC] B: Então, é... Petrópolis é uma cidade extremamente conservadora, né? Assim, é uma

cidade historicamente conservadora, e... que tende a tentar... isso eu estou falando da sociedade mesmo... (inaudível) mas tentar esconder determinadas coisas. Então a violência é... contra a mulher, principalmente a violência doméstica e a violência sexual mesmo que não doméstica, a violência doméstica é aquela que acontece no âmbito de relações íntimas de afeto né, é ela é como se fosse uma mancha, então as pessoas tendem a esconder, fingir que ela não existe. Então eu acho que assim, a gente tem aqui números elevados pelo Instituto de Segurança Pública Violência, isso dos casos que são notificados, eu tenho certeza de que eles têm números outros que não são bem notificados, e não são notificados por quê? Porque somos uma sociedade conservadora, né? Somos uma cidade que tende a naturalizar determinadas coisas.

A voluntária **C** defende a efetivação de soluções que objetivem atender e acolher mulheres vítimas de violência doméstica, argumentando que nenhuma delas vive nessa situação por preferência. Neste contexto, a colaboradora também cita a necessidade desse cuidado com crianças vítimas de violência ou submetidas a lares em que isso acontece com suas mães:

[SIC] Autora: É difícil, e aí as pessoas usam desse discurso para falar: “ai gosta”, gente, ninguém gosta de passar por isso...

[SIC] C: Não. Ninguém gosta. Às vezes é... não é questão de gostar, é questão de não ter um lugar seguro. Não tem para onde ir, porque se ela tivesse para onde ir, eu duvido que muitas não saía, entendeu? É, mas é que é, então acho que é isso que falta aqui em Petrópolis também, não tem, não tem. Até mesmo igual a gente conversa é... violência sobre crianças, entendeu também, a gente não tem um preparo para isso aqui, entendeu? Porque hoje em dia, infelizmente, você tá vendo... as crianças não estão sofrendo abuso dos de fora, estão sofrendo de dentro de casa, que é o pior, entendeu? É o pior, é isso aí que imagina a cabeça de uma criança dessa... passando, às vezes, um abuso de um pai que é para quê? Para proteger, entendeu? Mas aí também vai botar onde essas crianças? Não tem local, entendeu? Então tinha que ter um preparo para isso, até para poder ter o local que tivesse tudo, psicóloga, tivesse tudo, entendeu como é que é? Para receber as crianças que são espancadas, que são tudo, entendeu? Não tem...

O que foi exposto até aqui denuncia a falta de neutralidade do urbanismo que produz processos de violência, de marginalização e de desigualdade de gênero e de raça (Muxí; Montaner, 2022). Petrópolis, ao se desenvolver apoiada em uma essência conservadora, acaba gerando atravessamentos hostis a corpos femininos. A liberdade no território acaba sendo restringida, por meio das ferramentas

de vulnerabilidade e de violência, fatores que geram a espoliação de direitos constitucionais e apresentam o antagonismo que o território urbano exerce sobre corpos femininos.

A LUTA TRAVADA POR CORPOS FEMININOS: A VULNERABILIDADE SE TRANSFORMANDO EM POTÊNCIA DE LUTA

Uma questão importante que precisa ser ressaltada sobre esse gesto de transformação de vulnerabilidades em luta para a garantia de direitos, é que de forma alguma ele deve ser romantizado, afinal, por meio da compreensão do cenário urbano, por exemplo, é possível notar o quanto isso custa para esses indivíduos. Todavia, enfatizar esse gesto é assumi-lo também como potência, lançando luz a vozes que são submetidas a processos de invisibilidade, de marginalização e de exploração.

A resistência surge como uma resposta em prol da sobrevivência. A figura feminina, que é considerada a maior responsável por mobilizações que objetivam a reivindicação de direitos cerceados, em sua maioria, não apresenta um comportamento de passividade quando submetida a situações de hostilidade. As colaboradoras apresentadas anteriormente são ótimos exemplos desse movimento. As respostas à ausência de políticas públicas comprometidas com a segurança ambiental e urbana para esses corpos surgem por meio de mobilizações em benefício do bem-estar individual e coletivo.

Nesse sentido, o grupo **A** e a colaboradora **B**, ao estruturarem um caminho de resgate dessa realidade urbana e social que invisibiliza, explora e marginaliza, além de representar suas próprias vozes, repercutem as vozes femininas na cidade. A voluntária **C**, ao levar a sua representação comunitária a sério, não reprime o seu ímpeto de ajudar a sua comunidade, traçando uma busca incessante para fazer o que considera melhor pelo seu local de pertencimento. Por fim, a colaboradora **D**, que infelizmente possui uma das histórias mais dolorosas em todo o contexto da tragédia de 2022, transforma diariamente a sua dor e voz em ferramentas de luta por justiça, carregando consigo também as vozes e a memória das vítimas, enfatizando a importância das mesmas não serem esquecidas.

CONCLUSÃO

É possível compreender que o processo de urbanização acaba assumindo o papel de antagonista sobre corpos e vivências femininas. Dessa maneira, a busca por linguagens urbanas contra-hegemônicas acaba se tornando uma urgência.

Assim, o presente capítulo objetiva enfatizar o papel de protagonismo feminino em crises, mostrando que ao se organizarem, ocuparem ruas e formularem maneiras de manifestação em prol da igualdade nas esferas sociais, essas figuras constroem uma ótica revolucionária que busca alcançar essencialmente o bem-estar integral nas

mais variadas atmosferas da vida. É possível compreender, por meio disso, que grupos femininos são capazes de trazer noções específicas sobre o uso do território urbano, o que pode levar a contribuições para decisões mais inclusivas (Muxí *et al.*, 2011).

Dessa forma, é importante ressaltar que um planejamento urbano estruturado por meio de uma perspectiva feminista, não se baseia na criação de cidades exclusivamente para mulheres, mas sim na projeção de espaços que respondam de forma interseccional às demandas da diversidade — gênero, classe, idade, raça etc. — para, assim, romper com os processos de desigualdades que parte da população está submetida (Muxí *et al.*, 2011).

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Thomas Wunsch; BLAUDT, Larissa Mozer; GARIN, Yuri. Desastre ocorrido em Petrópolis no verão de 2022: aspectos gerais e dados da defesa civil. **Revista Geociências**, São Paulo, v. 41, n. 4, 2023.
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- BRETAS, Valéria. As regiões com o maior número de estupros no RJ. **Exame**, 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/as-regioes-com-o-maior-numero-de-estupros-no-rj/>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- CAMPOS, Cecília Silva; PAROLA, Giulia. O papel do poder judiciário no controle de políticas públicas na garantia da moradia digna e proteção do meio ambiente: 2022 e um novo desastre habitacional/ambiental em Petrópolis. **Revista de Direito da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 2022.

CAMPOS, Tamara. A tragédia das chuvas em Petrópolis pelas narrativas de mulheres locais. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 82, 2022.

EM média 7 mulheres são vítimas de violência por dia em Petrópolis; saiba como ser ajudada. **Sou Petrópolis**, 2023. Disponível em: <https://soupetropolis.com/2023/03/08/em-media-7-mulheres-sao-vitimas-de-violencia-por-dia-em-petropolis-saiba-como-ser-ajudada/> Acesso em: 1 de jul. de 2023.

ESTEVES, Claudio Jesus de Oliveira. Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais. **Caderno IPARDES, estudos e pesquisas**, Curitiba, v. 1, n. 2, 2011.

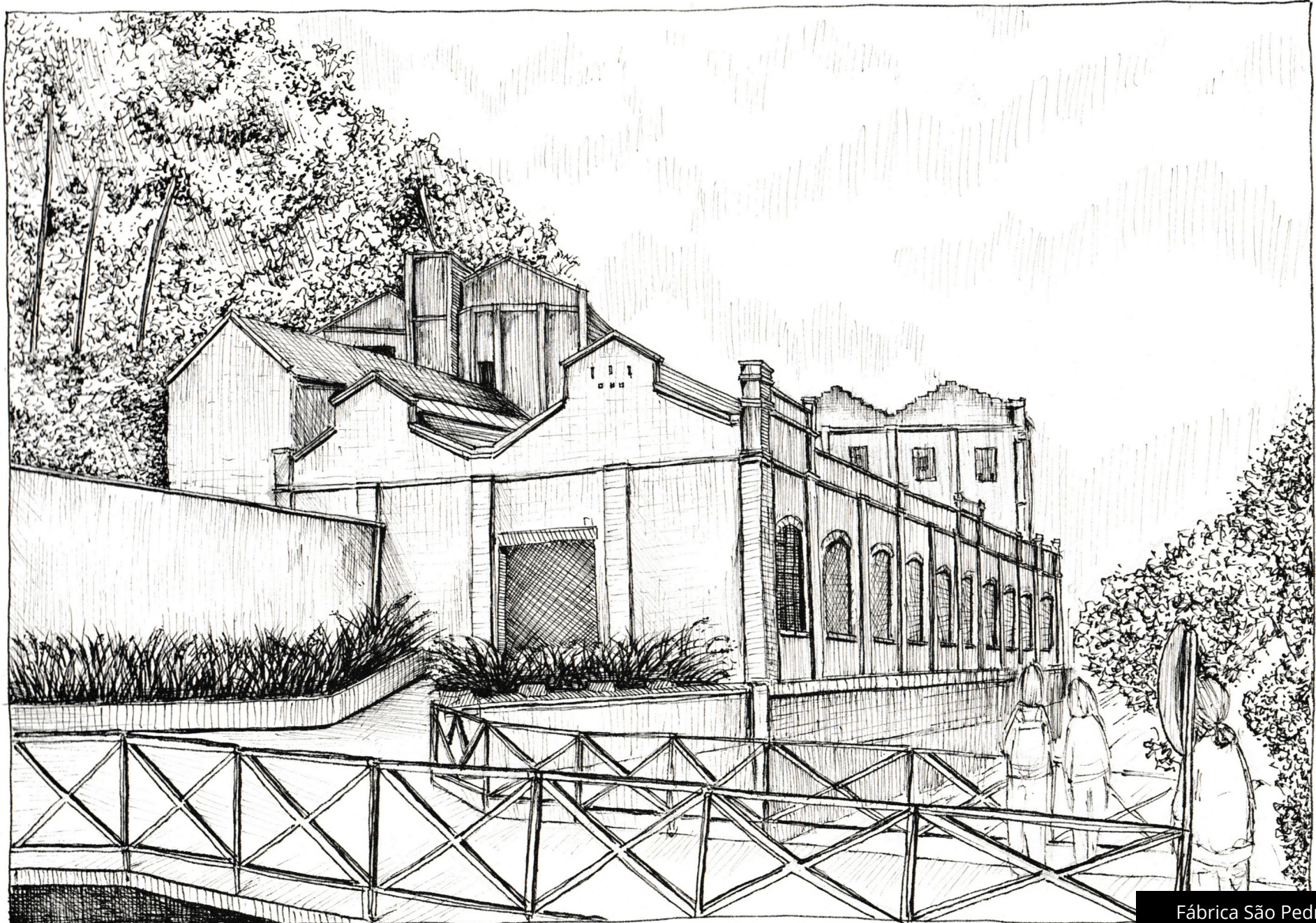
FRAGOSO, Maria de Lourdes de Carvalho; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes; SILVA, Tarcísio Augusto Alves. A condição das mulheres diante das situações de desastres naturais. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Pernambuco, v. 3, 2012.

MULHERES são maioria das mortes em Petrópolis por causa das chuvas. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/mulheres-sao-maioria-das-mortes-em-petropolis-por-causa-das-chuvas#:~:text=Mulheres%20s%C3%A3o%20maioria%20das%20mortes%20em%20Petr%C3%B3polis%20por%20causa%20das%20chuvas,-Dados%20s%C3%A3o%20da&text=J%C3%A1%20s%C3%A3o%20183%20os%20mortos,6%25%20do%20total%20das%20v%C3%ADtimas.> Acesso em: 01 de jul. de 2023.

MUXÍ, Zaida. *et al.* ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? **Feminismo/s**. San Vicente del Raspeig, n. 17, p. 105-129, 2011.

MUXÍ, Zaida; MONTANER, Josep Maria. Repensar la ciudad desde el ecofeminismo. **Astrágalo**, Sevilla, n. 33-34, p. 13-32, 2022.

TAVARES, Rossana Brandão; RAMOS, Diana Helene. **Feminismurbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.



FÁBRICA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, CENTRO, PETRÓPOLIS

Fábrica São Pedro de Alcântara
Autoria: Ingrid Araújo



5

*Bárbara Thomaz
Patricia Drach
Glaucineide Coelho*

PRAÇA BOSQUE DO IMPERADOR:

**UM OLHAR CONTEMPORÂNEO A PARTIR
DE UMA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-444-5.5

As cidades podem ser consideradas sistemas complexos, pois refletem a ação do tempo no espaço, manifestando-se em uma diversidade de estilos arquitetônicos, métodos construtivos e configurações urbanísticas, influenciados pelas particularidades culturais, sociais e econômicas de cada localidade. Dessa forma, cada cidade é única, com características próprias que a tornam singular e em constante transformação. Essa coexistência de espaços físicos e sociais reflete múltiplas temporalidades, revelando uma complexidade temporal dinâmica.

Da mesma forma que a cidade, os tempos históricos podem ser interpretados de diferentes maneiras. Analisados por diversos pensadores que discutem a relação entre história, tempo e cultura, as dimensões temporais, representadas por intervalos cronológicos, trazem em si a definição de como uma sociedade vive e compreende o mundo. Em relação à contemporaneidade, o historiador Reinhart Koselleck (2006) ressalta que ela pode ser estudada para além de um recorte cronológico, sendo uma construção de expectativas e de experiências que se modificam ao longo do tempo. É uma condição de se "estar no tempo", onde o presente se torna um campo de disputa de significados, influenciado por heranças do passado e por tensões com o futuro. Assim, falar de contemporâneo é ir além do que se entende como presente imediato, uma vez que a experiência de estar no tempo atual é simultaneamente uma tentativa de entender as dinâmicas históricas passadas e os possíveis futuros.

Entende-se que, a partir de um olhar contemporâneo, é possível compreender como o presente na cidade se articula com as experiências históricas, culturais e sociais,

refletindo sobre as diferentes dinâmicas da paisagem. Por ser multifacetada, a paisagem pode ser entendida de maneiras distintas, dependendo da disciplina. Embora no senso comum, o entendimento de paisagem seja associado primeiramente à ideia de natureza — a qual se faz bastante presente em Petrópolis —, aqui ela é analisada como uma representação socioespacial e histórico-cultural (Martins, 1994; Jaupart; Lippi, 2004) que reflete as relações entre os seres humanos e o ambiente, as práticas sociais, as percepções e os significados atribuídos a esse espaço na contemporaneidade.

Ao se revelar como uma perspectiva de estudo para compreender a interação entre os seres humanos e o mundo ao seu redor, a paisagem da Praça Bosque do Imperador se torna um ponto de observação do contemporâneo, cujos elementos, usos e interações são analisados a partir da Arqueologia da Paisagem. No campo da Arqueologia, que tem como enfoque o estudo das interações entre a sociedade e o ambiente ao longo do tempo, a Arqueologia da Paisagem busca compreender a maneira como os indivíduos ou os grupos organizam, modificam e percebem o espaço ao seu redor (Combes, 2003). Longe de se concentrar apenas nos artefatos ou nas estruturas, a Arqueologia da Paisagem examina o território em sua totalidade, levando em conta tanto elementos relacionados ao uso do solo, construção de monumentos e outras formas de transformação da paisagem, como as relações simbólicas que esses espaços podem ter tido ao longo do tempo.

Desta forma, explora-se a Praça do Bosque do Imperador a partir da arqueologia de sua paisagem, de como este espaço, moldado pela percepção humana e pelo significado simbólico, constrói as interações com o lugar (Tiller, 1994).

Neste sentido, apresenta-se a seguir uma análise das dinâmicas contemporâneas mais recorrentes observadas na Praça Bosque do Imperador durante o período diurno em um intervalo de três meses. Para compreender os usos atuais, apresentam-se também fotografias e mapas antigos, os quais, ao serem confrontados com as utilizações cotidianas, guardam em sua arqueologia a permanência do tempo e das transformações de Petrópolis.

A PRAÇA BOSQUE DO IMPERADOR

O interesse em observar o espaço surge da necessidade de compreender suas dinâmicas na contemporaneidade,

que se manifestam por meio dos padrões de ocupação e refletem o uso do espaço ao longo do tempo. No caso da Praça Bosque do Imperador, nota-se uma diversidade de usos que a tornam um local de múltiplas funções. Situada entre as ruas Barão de Tefé, Epitácio Pessoa e Dr. Joaquim Moreira, a praça possui uma localização estratégica, que a coloca entre alguns dos conjuntos arquitetônicos mais importantes da cidade. Entre as construções, encontram-se tanto as erguidas no século XVIII, como o Museu Imperial, os Correios, o edifício do Colégio Estadual Dom Pedro II e o Palácio Grão-Pará, quanto modernistas do século XX, como o prédio do INSS, o CENIP (fachada para a praça) e a Biblioteca do Museu Imperial (Figura 1).

Figura 1 — Conjuntos arquitetônicos mais importantes no entorno da Praça Bosque do Imperador: em vermelho as edificações do século XVIII e, em laranja, as edificações com características modernistas



Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Em relação aos grupos sociais que se encontram na praça, nota-se que há uma clara distinção entre os transeuntes e os frequentadores. Os transeuntes são aqui considerados como aqueles que usam a praça apenas como passagem ou ligação entre pontos de interesse. Entre aqueles que permanecem no local, os frequentadores, nota-se a formação de grupos e de aglomerações, como pessoas aguardando o ônibus e crianças no parquinho interagindo entre si. A Figura 2 apresenta os diversos elementos espaciais presentes na praça e que funcionam como indicadores dos usos pelos diferentes grupos que frequentam a região.

Observa-se também a existência de indivíduos que permanecem no lugar, mas que se separam do grupo: são, por exemplo, as pessoas sentadas nos bancos nas bordas da praça, que geralmente estão sozinhas ou em, no máximo, duas pessoas, e ficam totalmente separadas da aglomeração. Ainda em relação aos frequentadores, nota-se a existência de diferentes grupos sociais, com destaque para famílias com crianças (geralmente mães e filhos) que utilizam o parquinho nos horários da manhã e da tarde, adolescentes de uniforme escolar (saídos da aula) que, muitas vezes, vão ao parquinho nos horários próximos ao almoço

Figura 2 — Representação dos elementos espaciais na Praça Bosque do Imperador



Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

e ao fim da tarde e, ainda, casais de jovens adultos. Também é perceptível a existência de ambulantes circulando pela praça. Além das características apontadas, cabe ressaltar que pode ser observada uma mudança de uso relacionada ao período dia/noite, que aqui não é trazida por se tratar de uma análise baseada em uso diurno.

É comum que os moradores de Petrópolis, ao acesarem a Rua Dom Pedro e os fundos dos shoppings Campo Grande e Santo Antônio, partindo da Rua do Imperador, optem por contornar a praça em vez de atravessá-la. A sensação de segurança no local parece estar diretamente ligada à maior presença de pessoas, sendo, portanto, nos períodos em que há um fluxo intenso, como pela manhã, quando inúmeras pessoas aguardam o ônibus ou o atendimento no INSS, ou nos momentos em que crianças brincam no parquinho. Esta ocupação acaba criando um espaço de breve permanência e, por vezes, de encontros entre as pessoas da mesma região da cidade que estão de passagem pelo Centro.

Além disso, a praça se torna mais movimentada na entrada e na saída da escola, o Colégio Estadual Dom Pedro II — CENIP, quando alunos permanecem no espaço para interações sociais, brincadeiras e até pequenos encontros entre adolescentes. O que faz a praça também ser conhecida como “Praça do CENIP” ou “Praça do Beijo”. De fato, há espaços que incentivam uma maior estada, como o parque infantil e uma faixa mais arborizada. Entretanto, tais elementos parecem não ter a força de incentivar uma longa permanência no ambiente.

O fechamento do comércio local altera a dinâmica da região, impactando o fluxo de pessoas no ponto de ônibus. Nesse período, também se observa um novo tipo de interação, com encontros de casais que possivelmente trabalham nas proximidades e aproveitam o momento para se encontrar antes de seguir para casa. No entanto, à medida que o movimento comercial diminui, a praça ganha um ar mais inseguro, de forma que os moradores que não têm um motivo específico para permanecer no local tendem a evitá-la.

Essas observações indicam que, além do mapeamento dos elementos físicos presentes na praça, é possível realizar um esboço dos diferentes grupos que a frequentam (Figura 3), identificando como esses espaços são ocupados e delimitados ao longo do dia.

Figura 3 – Usos diurnos observados na praça Bosque do Imperador



Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

A análise do espaço com base em seus usos e grupos sociais permite compreender melhor o tempo presente e suas possíveis relações com as experiências históricas, culturais e sociais. Entretanto, para a melhor compreensão das dinâmicas, é necessário explorar aspectos e elementos que atravessam a história e que, ainda hoje, participam da construção de sua paisagem.

A PERMANÊNCIA DO TEMPO: UMA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

O Bosque do Imperador foi criado pelo paisagista Jean Baptiste Binot como um espaço privado destinado ao uso de Dom Pedro II em seus momentos de leitura e lazer. Antes mesmo da intervenção paisagística, o espaço já apresentava a configuração de bosque, com vegetação arbórea de grande porte. As paineiras, plantadas ao longo da cidade, também estavam presentes na praça e, ainda hoje, se destacam nas proximidades do prédio do INSS.

Antes de passar pela sua primeira intervenção paisagística, a praça era um espaço de continuidade, um anexo do Palácio Imperial, sendo ponto de ligação entre este e o Palácio do Grão-Pará situado mais ao fundo (Zanatta, 2005). Na época, a ambiência do lugar remetia, de fato, a um bosque europeu (Figura 4A e Figura 4B). Em mapas antigos

é possível notar que o bosque se consolidava nos fundos do palácio de maneira a ser uma continuação do terreno (Figura 4D), trazendo uma paisagem natural ao lugar. Assim, tanto a praça como as ruas do entorno faziam parte dos jardins do Palácio Imperial (Figura 4C e Figura 4D).

Figura 4 – Evolução da praça em mapas e imagens



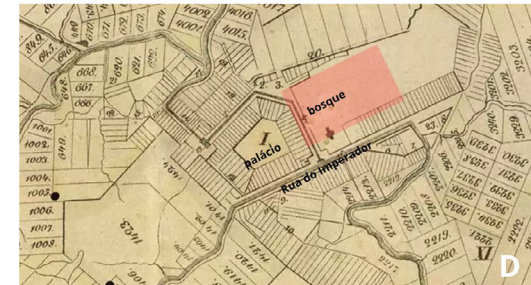
A – Antigo Bosque do Imperador
Fonte: Wikimapia, [2025].



B – Planta da cidade de Petrópolis (1858-1861) – Escala 1/10000.
Fonte: Arquivo cartográfico da Biblioteca Nacional do Brasil.



C – Em primeiro plano, Bosque do Imperador em 1862, vê-se também o Palácio Grão-Pará sendo construído.
Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.



D – Planta da Imperial Colônia de Petrópolis reduzida para guia dos visitantes, por Otto Reimarus em 1854.
Fonte: Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Por mais de cem anos, o local foi um largo, tornando-se, posteriormente, uma praça de terra batida com árvores da época do Império. Com Jean Baptiste Binot, o paisagismo assumiu a configuração de um jardim com caminhos sinuosos, características presentes no estilo romântico de origem inglesa. Nota-se também que parece haver uma busca ao estímulo à contemplação e ao passeio dentro dos jardins, assim como à integração entre áreas verdes e construções, aspectos que foram também priorizados por Auguste Glazieu, substituto de Binot após 1858. Glazieu deu continuidade às obras de paisagismo (Figura 4C), tornando-se ainda coordenador da Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial a convite de D. Pedro II e realizando mais obras paisagísticas em outras praças de Petrópolis.

Após o falecimento da princesa Isabel e do conde D'Eu, a área começou a ser considerada patrimônio municipal por meio de doações e de compras. No início do século XX, a praça foi desmembrada do terreno do palácio por ruas em seu entorno, tornando-se, assim, um espaço independente do terreno original (Drach *et al.*, 2020). Em 30 de março de 1926, com ruas abertas e já com construções, a área foi urbanizada completamente (Figura 5).

Figura 5 – O Bosque do Imperador em 1926



Fonte: Acervo público, 2025.

No ano de 1966, a remodelação da praça é iniciada pelo perfeito Castrioto, a partir do corte das árvores, as quais, segundo documentos históricos, poderiam ser retiradas sem problemas por não serem espécies raras. Em 1972, a praça foi inaugurada com a sua atual configuração, sendo conhecida como “Praça do CENIP”, devido à proximidade com o Colégio Estadual Dom Pedro II.

Assim, a praça, já ajardinada, recebeu novas melhorias que reforçam seu caráter de espaço público de convivência. A inclusão de um lago com chafariz no centro, aliada à pavimentação dos passeios e à instalação de bancos, proporcionou maior conforto e atratividade ao local (Figura 6).

Essas intervenções transformaram a praça em um ambiente mais estruturado para encontros, lazer e permanência, consolidando sua função social na dinâmica urbana. Embora em documentos cadastrais oficiais a praça esteja nomeada como Professor Pinto Ferreira, a população ainda a intitula formalmente como Praça Bosque do Imperador (Ambrozio, 2013).

Figura 6 — A Praça do Bosque do Imperador em momento de evento em 1972



Fonte: Acervo público, 2025.

Mesmo passado por remodelações e alterações, o traçado original sinuoso proposto por Binot permanece, mas embora ainda existam árvores que possam remeter à ideia de bosque, a ambiência é totalmente diferente.

Apesar da presença arbórea parecer incentivar a permanência no local, em certos horários do dia, o espaço é evitado por receio de furtos e de possíveis investidas desagradáveis. Assim, mesmo com mudanças ao longo do tempo, a Praça Bosque do Imperador possui marcas históricas da cidade, as quais podem ser identificadas a partir de dinâmicas de uso e de apropriação que constroem a sua paisagem na contemporaneidade.

UM OLHAR CONTEMPORÂNEO PARA O BOSQUE DO IMPERADOR

Discutir o contemporâneo envolve olhar para além do momento presente, já que viver no tempo atual é, ao mesmo tempo, uma tentativa de compreender as dinâmicas históricas do passado e as possíveis direções para o futuro. Ao se considerar a contemporaneidade para além de um recorte cronológico (Koselleck, 2006), observa-se que as expectativas e as experiências construídas e modificadas ao longo do tempo ainda se fazem presentes na Praça Bosque do Imperador e podem ser visualizadas e vivenciadas atualmente a partir de sua ocupação, de seus usos e dos grupos sociais presentes em sua paisagem (Figura 7).

Figura 7 – A Praça Bosque do Imperador a partir de seus usos e grupos sociais



Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Os padrões observados na praça refletem a interação entre os elementos físicos e sociais, revelando como diferentes grupos se apropriam do ambiente de acordo com suas necessidades, hábitos e percepções. A análise do espaço urbano, por exemplo, permite identificar áreas de maior fluxo, pontos de encontro e locais de permanência, assim como espaços subutilizados ou evitados. Elementos como infraestrutura, acessibilidade, segurança e presença de áreas verdes influenciam diretamente como o espaço é vivido e transformado.

Além disso, as dinâmicas espaciais estão em constante mudança, moldadas por fatores sociais, econômicos e ambientais. Eventos sazonais, transformações urbanísticas e novas demandas da população alteram a ocupação do espaço, tornando essencial a observação contínua para planejar intervenções que promovam um ambiente mais inclusivo e funcional.

No caso das persistências, observa-se que, com a abertura da praça ao uso público, novas possibilidades de apropriação surgiram, mas o caráter contemplativo do espaço se manteve. A praça continua sendo um ambiente propício para leitura e reflexão, características que remontam ao uso que Dom Pedro II fazia do local em seus momentos de estudo e de contemplação. A ideia de jardim com caminhos sinuosos, características presentes no estilo romântico de origem inglesa, ainda existe e parece estimular a caminhada que era intencionada no projeto inicial.

Embora não tenham sido encontrados pelas autoras em documentos oficiais registros específicos sobre o uso da praça pela família imperial, como suas filhas e netos, é plausível supor que um espaço tão convidativo também tenha sido frequentado pelas crianças do palácio. A presença de áreas sombreadas, jardins e elementos paisagísticos reforça essa ideia, sugerindo que a praça pode ter sido cenário de momentos de lazer e de aprendizado.

Essa análise nos leva a compreender a importância de investigar o passado por meio das permanências observadas no presente. Ao identificar hábitos e usos que atravessam gerações, é possível reconstruir fragmentos da história e reconhecer como determinados espaços mantêm suas funções originais, mesmo diante das transformações urbanas. A praça, assim, não apenas preserva sua dimensão histórica, mas continua desempenhando um papel essencial na dinâmica social da cidade. Dessa forma, estudar o espaço e seus usos permite compreender não apenas sua configuração física, mas também os significados e as relações que os indivíduos estabelecem com ele, contribuindo para um planejamento urbano mais sensível e adaptado às reais e atuais necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMBROZIO, Júlio. **Petrópolis**: o presente e o passado no espaço urbano: uma história territorial. [S. l.]: Escrita Fina, 2013.

COMBES, Bernard. **A arqueologia da paisagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

DRACH, Patrícia. *et al.* Evolução urbana do centro histórico de Petrópolis: processo de arqueologia da paisagem 1860-2020. **Revista De Morfologia Urbana**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 1-22, 2020.

JAUPART, Chantal; LIPPI, Lúcia. **Paisagens de passagens**: conflitos e representações. São Paulo: Annablume, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A paisagem como cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TILLER, V. Landscape archaeology. **Journal of Field Archaeology**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 357-372, 1994.

ZANATTA, Álvaro. **Histórias e lendas nas ruas de Petrópolis**. Petrópolis: Mímeo, 2005.



SOBRE AS AUTORAS

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

Doutoranda e Mestre em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2008, atua no Museu Imperial, com experiência em projetos relacionados ao acervo histórico e artístico, com destaque para pesquisa; indexação de acervo bibliográfico e arquivístico; organização de eventos acadêmicos; projetos curatoriais e curadorias de mostras e exposição; projetos editoriais, organização e editoração de publicações. De 2019 a 2024, foi responsável pela Área de Pesquisa da instituição. É editora do Anuário do Museu Imperial-nova fase. Associada Titular do Instituto Histórico de Petrópolis.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4170118392272328>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8793-1003>

E-mail: alesfraguas@hotmail.com

Bárbara Thomaz

Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Arquitetura pelo Programa de Arquitetura (PROARQ- UFRJ). Mestre em Dinâmicas do Espaço Habitado pela Universidade Federal de Alagoas (DEHA-UFAL), Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5667391290015077>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7641-9380>

E-mail: bthomaz@esdi.uerj.br

Glaucineide Coelho

Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ, com estágio doutoral no Instituto de Urbanismo da Université de Montréal. Mestre em Teoria e Projeto de Arquitetura pelo PROARQ/UFRJ. Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estudante de Museologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordena o grupo de pesquisa e extensão Viver Cidades +: diversidades e inclusões, com foco em vivências urbanas, memória, patrimônio e justiça socioespacial.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3750177301953218>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9511-5174>

E-mail: gcoelho@esdi.uerj.br

Juliana Baur

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é bolsista do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROATEC/UERJ), onde desenvolve pesquisas e ações extensionistas voltadas para a análise territorial, cidade cuidadora e segurança urbana sob a perspectiva de gênero. Sua pesquisa acadêmica enfatiza as interseções entre gênero, espaço urbano e vulnerabilidades socioambientais. No seu Trabalho Final de Graduação, intitulado Cidade, Mulher e Poder: Vulnerabilidades Socioambientais e a Instituição de Direitos Urbanos no Alto da Serra em Petrópolis - RJ, investigou a relação entre desigualdades urbanas e direitos femininos no contexto petropolitano. Seus interesses acadêmicos abrangem planejamento urbano, cartografia social, direito à cidade e segurança urbana, com foco em estratégias de inclusão e equidade territorial.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2414987083920704>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9673-8062>

E-mail: julianabaurdossantos@gmail.com

Laís Lima

Mestranda no PROURB/FAU/UFRJ. Formada em Arquitetura e Urbanismo pelo DAU/ESDI/UERJ, possui formação complementar em Artes Visuais pela EAV Parque Lage. Sua pesquisa transita entre arte, territórios, cidades e sustentabilidade, com ênfase atual nas contribuições da tecnologia para o desenvolvimento urbano sustentável.

Lattes: lattes.cnpq.br/0292883985292276

ORCID: [0009-0008-5294-4050](https://orcid.org/0009-0008-5294-4050)

E-mail: laisdeazevedoplima@gmail.com

Patricia Drach

Professora Associada da Escola Superior de Desenho Industrial/ ESDI, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Patrimônio (PPGAP/UERJ) e de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB/UFRJ). Graduiu-se em Arquitetura e Urbanismo e possui doutorado em Modelagem Computacional pelo Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC/MCTI (Bolsista FAPERJ, 2007).

Desenvolveu pós-doutorados: na Glasgow Caledonian University, Reino Unido (CNPq/CsF, 2013/2014), no PROURB - Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAPES, 2014/2015) e no PPGEC, Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR (CNPq 2018- 2019). Atua na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em tecnologia e na interação do clima e o lugar.

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Patrimônio (PPGAP/UERJ).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2775721805487513>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1548-4592>

E-mail: patricia.drach@gmail.com

Sofia Carneiro Lima

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como bolsista do projeto de extensão "Exporvisões: miradas afetivas sobre museus, patrimônios e afins" e seu Trabalho Final de Graduação teve como temática o processo de planejamento, organização e construção de identidade das cidades a partir da escuta e identificação dos patrimônios cotidianos criados pelas crianças que vivenciam o lugar.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6472174620232341>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9457-4748>

E-mail: sofiacarneirolima@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

abandono 37, 41
 Anuário do Museu Imperial 68
 arquitetura 46
 Arquitetura e Urbanismo 11, 68, 69
 Art Déco 16
 associação de moradores 49

B

bairro 26, 31, 34, 35, 36, 41, 49, 50
 barro 37, 38
 brincadeiras 60

C

centro histórico 66
 cidadania 13, 31
 cidade 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 60, 61, 64, 66, 68
 Cidade Imperial 15
 classe 11, 20, 45, 50, 53
 construção identitária 31
 construção social 26, 31
 contemporâneo 45, 56, 57, 64
 corpo 15
 corpos femininos 44, 45, 47, 49, 52
 Cultura 14, 15, 20, 21
 curadoria 11, 12, 20

D

desigualdade 49, 52
 dimensão afetiva 30
 dimensão política 30

E

escombros 38, 40
 espaço público 13, 63
 espaço urbano 25, 65, 66, 68
 Estrada União e Indústria 28
 experiência 15, 24, 57, 68
 experiência do lugar 24

F

família imperial 13, 14, 65
 fotografia 19, 21

G

gênero 11, 14, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 68

H

história 13, 14, 16, 26, 42, 49, 57, 61, 66
 historiografia tradicional 13

I

identidade 26, 27, 35
 imagem ambiental 24
 imagens visíveis 24, 25, 27
 imaginação 11, 24, 27, 28, 29, 30, 31
 imaginário 11, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 49, 51

Império 13, 14, 18, 20, 21, 63

infância 14, 29

infraestrutura urbana 34, 35, 47, 48

J

jovens 29, 60

M

manifestação 41, 53
 memória 11, 13, 14, 15, 21, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 53, 68
 memória institucional 15
 memórias 13, 26
 mobilidade 34
 Museu 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 58, 68
 Museu Imperial 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 58, 68

N

narrativas 13, 48, 49, 54

P

paisagem 11, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 56, 57, 61, 62, 64, 66
 patrimônio 18, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 63, 68
 patrimônio cultural 18
 patrimônio vivenciado 23, 30, 31
 Petrópolis 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 33, 34, 35, 37, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 60, 63, 66, 68, 69
 planejamento urbano 26, 53, 66, 68
 poética do espaço 31

política 13, 17, 30

R

raça 11, 45, 50, 52, 53
 reivindicação 34, 41, 52
 relações 24, 26, 27, 51, 57, 61, 66
 resgate 53
 ruas 9, 35, 36, 53, 58, 62, 63, 66
 ruço 35, 36, 37

S

século XX 58, 63
 sociedade 15, 20, 51, 57, 66

T

tecnologia 69
 temporalidade 26
 território 11, 26, 36, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 57
 territórios luminosos 36
 territórios opacos 36
 turismo 17, 35

U

urbanismo 46, 52, 54

V

valor atribuído 29
 Vila Felipe 11, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41
 vulnerabilidades socioambientais 11, 45, 68

www.PIMENTACULTURAL.com

OLHOS DE VER

contemporâneo em Petrópolis (RJ)